

## *A Guerra de África em 1895 — Uma leitura estratégica*

Coronel da Força Aérea Luís Alves de Fraga

### **Introdução**

No ano de 1898, António Enes, antigo comissário régio em Moçambique, publicou a obra *A Guerra d'África em 1895: Memórias*. Editou-a a tipografia do jornal *O Dia*. Tem esse volume 631 páginas com a dimensão de 22 cm. Já no presente século, em 2002, a editora Prefácio, em edição de luxo, reeditou o livro a partir de uma anterior publicação prefaciada por Afonso Lopes Vieira, com um estudo de Paiva Couceiro, saída em 1945. Foi sobre este trabalho que fizemos a nossa leitura.

Não nos preocupa deixar aqui uma biografia de António Enes, contudo, poderemos traçar um esboço da vida deste administrador ultramarino de modo a que a obra sobre a qual nos vamos debruçar consiga ser compreendida à luz da personalidade do seu autor e do contexto da época em que viveu e a escreveu.

Nascido em Lisboa, a 15 de Agosto de 1848, baptizam-no com o nome de António José. Os seus primeiros estudos foram feitos com os padres e irmãos vicentinos, também conhecidos por Lazaristas. Passou pelo liceu e concluiu, na cidade natal, o Curso Superior de Letras, no ano de 1868, com distinção. Apresentou nessa altura a tese intitulada *A filosofia religiosa do Egipto*.

Do ponto de vista literário a sua maior actividade centrou-se no teatro<sup>1</sup>, embora tenha deixado o seu nome ligado a outros ramos da escrita<sup>2</sup>. Fundamentalmente, António José Enes foi jornalista e político; começou como redactor da *Gazeta do Povo* e, mais tarde, tornou-se redactor e proprietário do *Jornal do Comércio*; dirigiu os jornais *O Paiz* e *O Progresso* e fundou *O Dia*; pertenceu aos partidos Histórico e Progressista, tendo sido deputado em 1880-81 e 1885-92. Foi ministro da Marinha e do Ultramar em 1890-91, logo

---

<sup>1</sup> Escreveu as seguintes peças: *Os Lazaristas* (comédia publicada em Lisboa no ano de 1875 e no Rio de Janeiro em 1878), *Os Enjeitados* (drama, 1876), *Un divorce* (drama traduzido de português para francês e publicado em Paris no ano de 1878 e publicado entre nós, em Lisboa, somente em 1900), finalmente, a título póstumo, na cidade de Lisboa, surgiu, no ano de 1942, a comédia *Primeiro Benefício*.

<sup>2</sup> Em 1870, fruto dos acontecimentos internacionais, escreveu *A Guerra e a Democracia: Considerações Sobre a Situação Política da Europa* (é nesta obra que defende a criação dos Estados Unidos da Europa, por reear a anexação de Portugal pela Espanha); quatro anos mais tarde redigiu um pequeno opúsculo de 20 páginas intitulado *Deve restabelecer-se a pena de morte*; em 1876, de colaboração com outros autores, escreveu uma *História de Portugal*.

na sequência do célebre ultimato britânico, no Governo extra-partidário do general João Crisóstomo de Abreu e Sousa. Neste cargo determinou a expedição militar de 1891 a Moçambique e tomou providências rigorosas quando se verificaram agitações na Guiné e em S. Tomé. Da sua experiência como ministro, do conhecimento que tinha de Moçambique, pois estivera, em 1893, como comissário régio, naquele território envolvido no trabalho de delimitação de fronteiras na sequência do acordo fronteiriço de 1891<sup>3</sup>, e dos equilíbrios políticos praticados logo a seguir ao Ultimato, surgiu o convite para assumir o cargo de comissário régio da província da África Oriental, em 1895. Em 1896 o Governo nomeou-o ministro de Portugal no Brasil. Foi maçom e deixou bem vincada esta faceta da sua vida íntima na peça *Os Lazaristas*, destacando-se como anti-clericalista; pertenceu à loja *Restauração de Portugal*<sup>4</sup>. Para além da actividade literária, política e diplomática, foi, em 1886, nomeado bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa, tendo sucedido a Mendes Leal nesse cargo. Morreu, em Queluz, a 5 de Agosto de 1901.

Como se depreende das linhas anteriores, António Enes, para além de ter sido um homem bem informado no seu tempo, era possuidor de um temperamento equilibrado e sensato — só este título o poderia tornar capaz de assumir a pasta da Marinha e do Ultramar após o Ultimato; só a sua experiência vivida em Moçambique o recomendava para comissário régio num momento difícil daquele território. Mas de onde advinham as dificuldades de então?

É esse olhar para uma conjuntura já esquecida que nos propomos fazer, seguindo uma perspectiva de análise estratégica, através de uma nova leitura de *A Guerra de África em 1895*, procurando explicar o contexto dessas memórias do comissário régio. Perceber o porquê e o como de uma guerra que se tornou decisiva é a nossa finalidade; perceber o relato para além do que se relata é a nossa meta; compreender como foi possível arquitetar, com escassos meios de toda a natureza, uma estratégia para alcançar uma vitória julgada impossível é o nosso objectivo.

Chegaremos ao nosso desiderato através de várias análises e várias explicações. Terão de ser concisas, como é de esperar num trabalho desta natureza, mas não perderão, julgamos, em clareza, tal como é conveniente.

---

<sup>3</sup> Lopes de Almeida — «Domínio português em África: A ocupação efectiva» in *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol VII, Barcelos: Portucalense Editora, 1935, p. 601.

<sup>4</sup> A. H. de Oliveira Marques — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa: Editorial Delta, 1986, p. 503-504.

Começaremos por nos debruçar sobre o conceito português de colonização antes da Conferência de Berlim, de 1885, depois, faremos uma curta passagem pelas decisões dessa mesma Conferência, em seguida, procuraremos perceber o tipo de relação política que existia nos territórios africanos entre povos autóctones e entre estes e os representantes dos poderes coloniais, depois, passaremos a uma breve referência à situação concreta do sul do território de Moçambique e, finalmente, ao entendimento da estratégia que determinou o esforço colonial português, naquela província ultramarina, conduzido por António Enes, no ano de 1895.

### **A colonização portuguesa até 1885 em África**

Julgamos que, se se fizer uma análise ampla da Expansão Portuguesa e nos dispusermos a deixar pelo caminho certas minudências de somenos importância quando se olha para as linhas gerais de um quadro que durou cinco séculos, somos capazes de perceber as verdadeiras e mais vincadas linhas de força que a nortearam nesse longo caminhar no tempo. Prossigamos, então, nessa nossa leitura dos acontecimentos<sup>5</sup>.

O descobrimento das ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira determinaram uma política colonial diferente da que foi prosseguida nos anos de navegação ao longo da costa africana. Realmente, os arquipélagos povoaram-se para suprir de trigo o território continental enquanto o litoral africano servia para negociar com as populações ribeirinhas. Esse negócio ia do gengibre aos escravos e à tentativa de encontrar prata e ouro; não se lançou qualquer tipo de cultura à terra com o intuito de, de lá, trazer riqueza ao reino. África foi, assim, um ponto de passagem obrigatório para se chegar ao almejado Oriente e a todas as fontes de riquezas, até então, dali entradas na Europa pelo Mediterrâneo. O Brasil funcionou, durante grande parte do século XVI, de forma semelhante aos arquipélagos atlânticos: era uma colónia de fixação agrícola.

Com a chegada de Vasco da Gama à Índia D. Manuel I definiu, de uma vez por todas, a verdadeira vocação colonial portuguesa ao fazer incluir no seu longo título real as palavras simbólicas de *senhor do comércio e da navegação*. De facto, os líderes da Expansão tinham consciência da impossibilidade de *conquistar* territórios para além do estrita-

---

<sup>5</sup> Continua a ser sempre útil a leitura de *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*, de Lúcio de Azevedo (4.ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1978) o qual nos dá uma visão ampla da importância da Expansão Marítima, mas, contudo, embora abordando de leve a questão da escravatura dela não nos oferece um panorama específico e continuado ao longo dos séculos. O mesmo autor fornece-nos a possibilidade de percebermos a importância rotativa que vão tendo para a coroa portuguesa as diferentes colónias onde chegaram os navios dos descobrimentos.

mente indispensável para instalar as feitorias comerciais necessárias às transacções; isso mesmo já havia sido feito na costa africana; importante era manter desobstruídas as rotas do comércio marítimo — tal como o compreendeu melhor do que ninguém Afonso de Albuquerque — para fazer chegar à Europa, nos navios portugueses, as especiarias, as sedas e outras preciosidades raras do distante, fabuloso e imaginado Oriente.

A perda da independência, em 1580, correspondeu, por um lado, a uma redução do empenhamento nacional no Oriente e, por outro, concomitantemente, a um aumento da concorrência de outros Estados europeus na Índia e Oceano Pacífico. Em 1640, aquando da Restauração, o comércio oriental tinha perdido a importância do século anterior. Um novo ciclo colonial ia começar para Portugal: centrava-se, agora, na exploração da produção de açúcar que já vinha sendo feita no Brasil. De novo, era um produto de além-mar que garantia o equilíbrio das finanças nacionais.

Este ciclo exigia o desenvolvimento de uma outra *indústria* que lhe garantia a sobrevivência: o comércio de escravos para angariar mão-de-obra abundante, forte, resistente e a preços acessíveis. Foi, portanto, durante os séculos XVII e XVIII que o litoral do continente africano ganhou importância comercial para os negreiros portugueses; gerou-se uma bem marcada complementaridade entre África e o Brasil.

O abastecimento de mão-de-obra escrava, no século XVIII, deixou de se orientar exclusivamente para a colónia brasileira; estendeu-se a todo o continente americano, sendo agora utilizado nas plantações de café, de cacau, de cana açucareira e nas de algodão. O tráfico já não estava só nas mãos dos Portugueses; dele se encarregavam Franceses, Ingleses, Holandeses e, até, Espanhóis. O continente africano continuou a ser o ponto de partida deste comércio lucrativo, disputando-se, no seu litoral, os portos abastecedores.

Foi depois da derrota de Napoleão e do Congresso de Viena, em 1815, que o comércio negreiro começou a, lentamente, entrar em decadência. Até então, à Europa e à América só haviam interessado as costas de África e os portos melhores navegáveis para o comércio abastecedor da preciosa *mercadoria*. Portugal não fugiu a essa regra e, na impossibilidade de fixar populações em todo o litoral, optou pelos portos mais seguros e já seus conhecidos de há séculos. A penetração portuguesa para o interior do continente africano foi escassa e pontual e muito raramente visou a exploração agrícola. A perda do Brasil, no final do primeiro quartel do século XIX, deu, anos mais tarde, ensejo às primeiras expedições exploratórias, em particular no território de Angola cujas fronteiras não estavam ainda definidas.

Do que expusemos, podemos concluir, em resumo, que a colonização dos territórios ultramarinos onde os Portugueses se haviam fixado desde a centúria de quinhentos teve sempre em vistas a actividade mercantil, com exclusão do Brasil onde o tipo de colonização se assemelhou, logo desde os primeiros anos, à das ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira; a fixação em África — subsariana, entenda-se — foi quase sempre litoral e pouco ou nada interventiva com a vida das populações nativas, as quais mantinham os seus hábitos e costumes tradicionais.

### **A Conferência de Berlim**

Não nos vamos ocupar das motivações imediatas que levaram à realização da Conferência de Berlim, contudo, gostaríamos de deixar recordado que este encontro internacional com implicações definitivas e indeléveis para o continente africano se ficou a dever à delimitação dos territórios das margens da embocadura do rio Zaire e ao tratado celebrado entre Lisboa e Londres sobre o assunto<sup>6</sup>. Isso não nos preocupa de momento, porque será mais interessante perceber que, afinal, a Conferência tinha alcances mais vastos, pois, por trás do motivo aparente, estavam os interesses das maiores potências industriais europeias da época.

A Bélgica, centrada na pessoa do seu monarca, havia adquirido, a título *humanitário*, uma vastíssima parcela de território no interior de África — aquilo que, depois, foi chamado Congo Belga — que carecia de liberdade de navegação no rio Zaire para ter comunicação com o exterior. A presença dos europeus naquela região era justificada pela necessidade de *civilizar* os negros. Este conceito aparentemente digno — embora pouco utilizado pelos Portugueses durante os quase cinco séculos de contacto com os povos autóctones já que não interferiam com o seu modo de viver para além de uma vaga missão — encerrava, afinal, a ideia simples de inculcar nos povos africanos os princípios de vida adoptados na Europa. *Civilizar* era, realmente, *uropeizar*. E isto servia um objectivo muito concreto (tão concreto como é hoje a imposição da *democracia* a povos que sempre a dispensaram ou que estão dispostos a construí-la segundo os seus modelos): ampliar o mercado de colocação dos produtos industriais fabricados no Velho Continente e, ao mes-

---

<sup>6</sup> Para uma compreensão rápida da problemática que determinou a Conferência de Berlim e os seus resultados práticos veja-se Ruy de Abreu Torres, «Conferência de Berlim» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto: Figueirinhas, 1985, p. 337-339.

Para um estudo mais atento e pormenorizado consulte-se Prof. Lopes de Almeida, «Domínio português na África: A ocupação efectiva» in *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. VII, Barcelos: Portucalense Editora, 1935, p. 593-598.

mo tempo, ter acesso às fontes de matérias-primas que se imaginavam existentes em África ou introduzir culturas agrícolas que satisfizessem necessidades industriais da Europa. A França, a Alemanha, a Bélgica e, em especial, a Grã-Bretanha queriam ver modificados os princípios de ocupação colonial herdados de um direito consuetudinário largamente invocado por Portugal para justificar a posse do interior do continente onde possuía feitorias costeiras.

Definido o novo princípio — que passou a ser denominado por *ocupação efectiva* — era evidente que na corrida à obtenção de colónias em África só poderiam ficar os Estados que tivessem capacidades técnicas, económicas, militares e populacionais suficientes para suportar o enorme desgaste que ele representava. Portugal não quis desistir, embora se tenha colocado no Parlamento a hipótese de vender o seu quinhão a quem por ele desse mais.

O desejo de continuar potência colonial levou Lisboa a equacionar uma nova forma de se relacionar com as populações locais. Realmente, o tempo dos meros contactos comerciais em algumas áreas costeiras da Guiné, de Angola e de Moçambique tinha de dar lugar a uma penetração consistente para o interior, levando consigo os representantes da autoridade do Estado. Para que tal acontecesse as autoridades nacionais necessitavam de se imiscuir nas relações políticas dos povos autóctones e esse era um desafio do qual os negreiros haviam beneficiado ao longo do tráfico com os potentados do litoral, pois que a captura de escravos, ao contrário do que a imaginação popular propala, raras vezes foi fruto de aprisionamentos feitos por europeus; eles resultavam dos conflitos entre grupos rivais negros e da subjugação ao vencedor.

A Conferência de Berlim veio levantar ao Governo de Portugal dois grandes desafios: a compreensão das relações políticas autóctones dos povos africanos nas áreas sobre as quais pretendia exercer a sua autoridade colonial e o estabelecimento de novas técnicas de contacto com as hierarquias políticas indígenas.

Vamos, de seguida, procurar dar uma panorâmica sobre a generalidade das relações e das hierarquias políticas no continente africano na área subsariana.

### **O relacionamento político dos povos africanos**

Ainda está por fazer uma história fidedigna dos povos africanos subsarianos. Compreende-se a inexistência se tomarmos em devida conta que para a elaborar só se pode contar com a tradição oral. A ausência de documentos escritos impede um levantamento perfeito do desenrolar da vida política dessas populações. O que sabemos é vago e, por

consequente, mal delineado. Assim, na ausência da história precisa, temos de aceitar como boas as aproximações e as conjecturas que o entrosamento dos acontecimentos europeus e africanos possibilitam para se conhecer com precisão algum do passado dos povos de África.

Num pequeno ensaio por nós elaborado há alguns anos tivemos oportunidade de identificar, no final do século XV, povos do litoral africano que se dedicavam à pastorícia, outros à recollecção, alguns à caça e poucos já sedentários que agricultavam a terra<sup>7</sup>. Nada conseguimos apurar quanto à sua organização política, contudo, de um ou outro testemunho é possível concluir que haveria uma hierarquia do tipo feudal à qual os povos se subordinariam segundo princípios de vassalagem, muitas das vezes, imposta pela força.

Sabemos que existiam grupos étnicos distintos que se guerreavam — e daí vinha a possibilidade de redução à escravidão dos vencidos — por causas culturais, mas, também, por roubo de património de uns e de outros. Os furtos mais comuns eram os de gado e, dentro do mesmo grupo étnico, a apropriação de mulheres para acasalamento sem que tivesse havido o respectivo contrato e pagamento tradicional. Muitas vezes os conflitos resultariam de questões sucessórias na herança do poder político. Seja como for, temos a certeza de que a vassalagem feudal, com obrigações de apoio militar e pagamento de tributos, constituía a espinha dorsal do relacionamento político dos povos africanos, gerando verdadeiros reinos e impérios tão despóticos e arrogantes como os mais temíveis na Europa do século V ao XV.

Foi um panorama desta natureza que as potências com pretensões coloniais encontraram depois de 1885 quando quiseram instalar-se, segundo uma nova legitimidade, em África. A Europa, vivendo a pujança da Revolução Industrial e do liberalismo, teve de compaginar o seu comportamento imperial com sociedades feudais onde se cruzavam em doses semelhantes a ambição, o medo e o orgulho ditado por uma autonomia quase nunca discutida pelos Estados tradicionalmente coloniais, destacando-se, de entre todos, Portugal, por via dos motivos já por nós explanados.

A moderna colonização de África não passou, pois, por uma acção militar directa de ocupação e sujeição dos povos do continente, muito pelo contrário, foi construída com base no conjunto de manobras diplomáticas, vassalagens, subornos e imposição pela força das armas quando os restantes processos falharam.

---

<sup>7</sup> Veja-se da nossa autoria *Os Primeiros Contactos Portugueses com os Povos da África Austral, Oriental e do Brasil. Comparação de Culturas*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, Separata das Actas do V Colóquio «Do Infante e Tordesilhas», 1994.

Com efeito, o processo de aproximação começava pelo estabelecimento de *pactos de amizade* entre os potentados autóctones e os Governantes europeus interessados no território a ocupar. Tais *pactos* supunham uma relação feudal de vassalagem na qual os Chefes de Estados europeus — nos casos vertentes, todos reis — *protegiam* o chefe avassalado dos seus inimigos contra a outorga do direito de presença comercial, missionária, de exploração do solo e mais o pagamento de um imposto sobre aquilo que o ocupante entendesse como conveniente. Assim começava uma relação de hierarquia na qual o Estado colonial, mais tarde ou mais cedo, impunha uma soberania absoluta aos colonizados por via da extensão das leis e de certas obrigações a esses povos.

Como se vê a verdadeira colonização de África só começou depois de 1885 e o reconhecimento do interior daquele continente iniciou-se por essa altura. Portugal, como já vimos, mesmo mantendo uma presença histórica no litoral pouco mais conhecia dos hábitos, usos e costumes dos povos com quem iria contactar do que os Ingleses, os Franceses, os Belgas ou os Alemães; a verdadeira corrida colonial, o *Império* ia-se fundar a partir daquele ano<sup>8</sup>.

### **A situação política, no sul de Moçambique, em 1895**

Um dos processos que os Governos dos Estados europeus interessados em criar colónias em África utilizaram foi permitir o estabelecimento de companhias majestáticas, isto é, sociedades de capitais privados, mas com poderes soberanos delegados pelos respectivos Estados, que, ocupando um território delimitado ou a delimitar consoante o desenvolvimento da expansão, assumiam o encargo de povoar, *civilizar* e subordinar para administrar durante um período longo de tempo, ficando obrigadas ao pagamento de rendas anuais ao Estado concessionário. A British South Africa Company foi uma das que o Governo da Grã-Bretanha permitiu que se instalassem na região do Cabo da Boa Esperança, fixando colonos, subordinando populações e explorando economicamente. A rainha Vitória concedeu-lhe personalidade jurídica e poderes majestáticos em 25 de Outubro de 1889. O seu principal administrador foi Cecil Rhodes, figura que podemos classificar entre o mero

---

<sup>8</sup> Assim sendo, percebe-se quanto era falaciosa a argumentação do Estado Novo quando atribuíra a populações do interior das colónias o estatuto de cidadãos nacionais portugueses e, mais ainda, quando afirmava estar a defender, depois de 1961, uma herança recebida do século XV. De facto, a Guiné, Angola e Moçambique, com os limites que hoje possuem, só passaram a ter existência já no começo do século XX o que faz toda a diferença e nos dá como detentores daqueles territórios menos de cem anos até que ascenderam à independência.



aventureiro e o homem influente nas áreas da política colonial britânica. Desde 1890, este homem foi primeiro-ministro da Colónia do Cabo<sup>9</sup>.

Foi a alteração do direito de ocupação ditada na Conferência de Berlim, em 1885, e a existência desta Companhia, na África do Sul, que determinaram o aumento da actividade exploratória dos Portugueses a partir das zonas costeiras onde há séculos se haviam instalado; foi em consequência da pressão de Cecil Rhodes que Londres acabou por enviar a Lisboa o célebre Ultimato, em 1890. Foi, também, pela acção corrosiva dos agentes da British South Africa Company, que ambicionavam ocupar o porto e a região de Lourenço Marques — hoje Maputo —, que Gungunhana, poderoso chefe político dos Vátuas (aparentados ainda com os Zulus) deu largas à sua incomensurável ambição e se tornou o mais tirânico dos líderes negros do sul de Moçambique.

Em 1894 era precária e instável a presença portuguesa na região de Lourenço Marques, porque Gungunhana, exercendo a sua influência, impunha a sua autoridade e poderio bastante para norte do rio Save, chegando mesmo ao planalto do Chimoio. Era ele, com os seus guerreiros, quem obrigava vassalagem a todos os grupos étnicos do território os quais lhe obedeciam cegamente em consequência do medo que dele tinham, pois era famosa a sua crueldade. Tal conjuntura era favorável aos desígnios de Rhodes que pretendia ver afastados os Portugueses da posse do melhor porto natural do sul da costa oriental da África; ao Governo de Londres não era desagradável a posição adoptada por aquele administrador da British South Africa Company, porque, deste modo, nem era ele, nem nenhum súbdito da rainha Vitória, quem dificultava a presença dos colonos portugueses naquelas paragens: afinal a incapacidade de Portugal manter Lourenço Marques resultaria da sua incapacidade para subordinar um régulo africano!

Em abono da verdade, devemos recordar que nesse fim de século, em Lisboa, ainda não se dava toda a real importância que Lourenço Marques merecia, mantendo-se o Governo da Província — como então era designado o território — na Ilha de Moçambique, recordando os tempos em que esta região era de superior utilidade para a navegação rumo à Índia e ao Oriente. O Governo de Portugal não havia percebido que o eixo estratégico britânico tinha rodado para a África do Sul.

Gungunhana tinha a sede do poder na região de Gaza, mas a sua influência vinha até Lourenço Marques, onde era muito forte, e estendia-se para norte, chegando quase à Zambézia. Subjugava pela força todos os grupos políticos autóctones aos quais exigia vas-

---

<sup>9</sup> José Calvet de Magalhães, *Breve História Diplomática de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990, p. 203.

salagem, traduzida no pagamento de cabeças de gado, e na prestação de serviço militar, engrossando as suas tropas consideradas as melhores e mais aguerridas de toda a colónia.

Em Lisboa e em Lourenço Marques discutia-se a força de Gungunhana como se se tratasse de um potentado difícil de vencer — sendo-o, efectivamente, dada a quantidade de guerreiros que podia mobilizar — com quem se tinha de negociar com cautelas semelhantes às de qualquer soberano europeu. Este chefe vátua acabava por impor receio aos indígenas e aos representantes de Portugal. A negociação — a haver — tinha de ser cautelosa de modo a não se inverterem os papéis, pois o que sempre se pretendia era que os líderes autóctones ficassem, e se sentissem, vassallos do rei de Portugal e não o contrário. Quer dizer, Gungunhana era, logo à partida, um osso duro de roer e tão mais duro quanto ele tinha consciência do seu poder e autoridade.

Esta situação concreta não era só sabida dos Portugueses; os agentes da British South Africa Company conheciam-na e exploravam-na a seu favor por enxergarem, de antemão, as fracas capacidades militares de Portugal e contarem, para quando tal fosse necessário, com o apoio da poderosa máquina bélica de Sua Majestade Britânica. Por outro lado, o hábito de todos os negócios coloniais estarem centrados em Lisboa, não gozando os governadores dos territórios ultramarinos de autonomia suficiente para enfrentarem as mais elementares resoluções, dava como resultado a existência de uma total paralisia onde era precisa imaginação e agilidade. E disso também os agentes de Cecil Rhodes tinham conhecimento.

Acertadamente, no ano de 1895, o Governo de Portugal tomou uma resolução capaz de surtir efeitos perante o quadro que acabámos de debuxar: nomeou António Enes comissário régio de Moçambique. Este título dava-lhe uma grande amplitude de poderes políticos e administrativos, ultrapassando os que normalmente se atribuíam a um simples governador.

A escolha não foi inocente: António Enes havia feito parte do Governo que negociara o segundo acordo de Lourenço Marques, em 1891, acompanhara de perto o rejeitado acordo de 1890 e conhecia Moçambique. Estas razões faziam dele um homem profundamente sabedor das ambições inglesas e do que Portugal havia perdido — os territórios dos actuais Estados da Zâmbia, Zimbabwe e Malawi — perante a cedência e a má negociação com Londres<sup>10</sup>. No momento, ninguém melhor do que ele estaria indicado para resolver a

---

<sup>10</sup> José Calvet de Magalhães, *op. cit.* p. 203.

questão da subordinação de Gungunhana e, conseqüentemente, garantir para Portugal a posse do cobiçado porto de Lourenço Marques.

### **1895: o governo de António Enes**

Foi no final de 1894 que o Governo de Portugal sondou e depois nomeou António Enes para assumir o cargo de comissário régio em Moçambique; havia meses tinha regressado daquela província ultramarina. Como ele próprio confessa, conhecia mal o distrito de Lourenço Marques, mas, contudo, estava por dentro dos conluios que internacionalmente se teciam sobre as colónias portuguesas e era um homem sensato, persistente e resoluto. Embora desconhecedor do terreno, o futuro comissário régio sabia como desenvolver um plano coerente para pôr fim à importância estratégica de Gungunhana. Para tanto precisava de tropas europeias com capacidades para levar por diante o seu projecto imaginado, em linhas gerais, ainda em Lisboa<sup>11</sup>. Não foi exagerado no seu pedido; sabia que Portugal não possuía capacidade para mobilizar uma grande expedição ultramarina; tudo o que fosse para além de mil e quinhentos homens já era exigir grandes sacrifícios à Nação. Foi-lhe feita a promessa de se organizar uma força expedicionária comandada por um coronel com quem repartiria a carga militar para a qual não tinha habilitação especial. Pediu que fizessem parte do seu Gabinete, como assessores militares, alguns oficiais experientes e conhecedores da província de Moçambique; também foi aceite esta pequena exigência do futuro comissário régio.

Chegado à província, nos primeiros dias de 1895, foi desembarcar, como era natural e tradicional, na Ilha de Moçambique onde estava instalado o palácio do Governo. Encontrava-se a vários milhares de quilómetros de Lourenço Marques. Dali, com verdadeiro conhecimento de causa, pouco ou nada poderia fazer para atenuar a situação de perigo vivido naquele porto do sul do território. E, ainda não tinha assumido o Governo, já estava a ser avisado de que a cidade de Lourenço Marques corria sério perigo de ser devastada pelos indígenas em revolta. Quis fazer a única coisa possível: seguir para o Sul, mas foi-lhe impossível porque o navio do Estado de que podia dispor naquele momento estava com as caldeiras avariadas; demoraram quatro ou cinco dias a reparar. Este quadro naval vai acompanhar o seu ano de governo em Moçambique: a Armada não possuía material navegante em condições mínimas; tudo era precário, velho e inapropriado; as soluções para as mais elementares dificuldades tinham de ser conseguidas ou à custa de pesadas despesas

---

<sup>11</sup> António Enes, *A Guerra de África em 1895*, p. 22.

ou de engenhosas soluções. E torna-se necessário recordar que naquele final do século XIX, em África, não se conseguia ir muito longe no interior se não se tivesse o apoio de qualquer rio navegável, pois a penetração tinha de se fazer por via fluvial para ser mais suave, rápida e profunda e, até, em muitos casos, mais segura. António Enes e a Armada dispunham de pequenas embarcações — algumas não passavam de escaleres a vapor — a que pomposamente, depois de lhes instalarem uma peça ligeira de artilharia, chamavam canhoneiras!

António Enes não tinha muita gente para o auxiliar e esclarecer sobre a situação militar: era seu ajudante-de-campo o tenente Paiva Couceiro — habituado às lides coloniais e já conhecedor de Moçambique — e seu secretário particular o capitão Freire de Andrade. Contava, todavia, na província com homens de valor, destacando-se de entre todos o major Caldas Xavier, um *africanista* com longa carreira feita em Moçambique; para além deste havia os oficiais de Marinha, os oficiais do Exército e poucos, muito poucos, médicos.

Depois de tomar posse do cargo, na Ilha de Moçambique, sem qualquer formalidade, tratou de embarcar para Lourenço Marques para averiguar localmente o que se passava. Foi atribulada a viagem na velha corveta *Afonso de Albuquerque* devido ao mau tempo que se levantou.

A cidade, em 1895, não era nada do que hoje se apresenta ao visitante; tinha já um plano de urbanização ousado, grandioso, de largas avenidas, cruzando-se em ângulo recto, mas perfeitamente imaginado por nela prevalecerem somente as construções coloniais de madeira e telhado de zinco, sendo raros os edifícios de pedra e cal, fortes e seguros. As ruas e as avenidas não passavam de simples projectos! A estação de caminho-de-ferro já existia na zona do pântano do Maé, mas este continuava por sanear, tornando a região insalubre e, até, perigosa para a saúde. Em extremos opostos — o alto do Maé e a Ponta Vermelha — ficavam os limites imaginados da cidade, mas, nesse ano de 1895, eram zonas bastante afastadas do movimento rotineiro e já fora do perímetro de defesa próxima da urbe.

António Enes oferece-nos explicações difíceis de perceber nos dias que correm, particularmente para todos aqueles que não conheceram Lourenço Marques. Não nos ocorre, actualmente, a ideia de que a cidade poderia estar a ser implantada nos territórios de um regulado que, tradicionalmente, entendia como suas as terras onde os europeus se instala-

vam. Naquele ano distante, o régulo que mais importância tinha na cidade era o da Matola cujos domínios confinavam com os da Zichacha e da Moamba seus adversários.

A vida do dia-a-dia estava dependente do equilíbrio *diplomático* que se conseguia manter com os régulos dominantes, garantindo a sua colaboração com as autoridades reais portuguesas ou, pelo menos, a sua precária e instável neutralidade face à teia de conflitos que entre eles se geravam por causas que, aos olhos dos europeus, eram menores. Estes régulos, mais os da Magaia, da Cherinda, da Manhissa, do Intimane, do Banguini, do Chibanza, do Mapanjanhana, de Machaquene e do Capulana eram súbditos de Gungunhana, embora, alguns procurassem manter *portas* de aceitável entendimento com as autoridades portuguesas as quais, para firmar o seu poder *suserano* obrigavam as populações submetidas ao pagamento do chamado *imposto de palhota*. O território assim avassalado tomava a designação de *terras da Coroa*.

A grande dificuldade do relacionamento com os régulos consistia em cativá-los para a vassalagem ao rei de Portugal, como já dissemos, mas, também, em garantir que, na sequência, este estatuto não se transformava numa espécie de aliança, pois se tal ocorresse havia uma inversão dos valores que, em última análise estavam em jogo: os da total subordinação dos régulos à vontade soberana de Portugal. Se houvesse um conflito armado com derrota do poder político autóctone estava, em princípio, garantida essa subordinação, no entanto, como também já dissemos, Portugal não possuía capacidade militar para gerir somente pela força o relacionamento com os líderes tradicionais: havia que equilibrar em proporções convenientes a força com o respeito e a *diplomacia*. Era, por conseguinte, muito difícil o desempenho do cargo de governador colonial dada a exigência de bom senso e ponderação que tal agente tinha de possuir.

Quando António Enes Chegou a Lourenço Marques a autoridade portuguesa só era exercida na cidade e na linha de caminho-de-ferro, estando entregue aos indígenas todo o território do distrito<sup>12</sup>. Mesmo a cidade estava protegida por fio de arame farpado<sup>13</sup> desde a Ponta Vermelha até à estação de caminho-de-ferro, no Maé. À noite iluminava-se parte desta cerca e em pontos julgados mais perigosos estavam instalados postos de metralhadoras ou de peças de artilharia ligeira. Na cidade havia um corpo de polícia — que era formado por uma tropa destemida — instalado para os lados do Maé.

---

<sup>12</sup> António Enes, *op. cit.* p. 45.

<sup>13</sup> Idem, *Ibidem*. Note-se que o autor vai ao ponto de explicar que o arame, para além de farpado estava enrolado.

Comerciantes indianos e ingleses traficavam com os indígenas, no mato, bebidas alcoólicas, armas, pólvora e munições. E esta situação levava a que o estado de tensão e de revolta estivesse sempre latente, espreitando a melhor oportunidade para desencadear ataques, quase sempre traiçoeiros, sobre os inimigos fossem eles súbditos de outros regulados ou mesmo colonos. A lógica indígena não era igual à dos europeus e, assim, todos os imprevistos eram possíveis.

Porque julgamos as nossas explicações insuficientes para se compreender hoje o que se passava há pouco mais de cem anos, em Lourenço Marques, achamos apropriada a transcrição das palavras de António Enes:

O estado de revolta, portanto, só lhes dava vantagens, desde que o castigo os não apertava: dava-lhes isenção de impostos e de trabalhos, liberdade de roubar e matar, satisfações de amor-próprio; restituía-os à sua independência selvagem, melhorada pelos regalos da civilização, como a aguardente de Hamburgo, que os seus pecúlios lhes permitiam adquirir. Por que haviam, pois, de depor as armas? Por interesse, não; medo das tropas encurraladas na cidade, já nenhum tinham, (...), até mesmo os mais pacíficos e inofensivos, que dentro da própria cidade os moleques e carregadores desatendiam e provocavam os amos<sup>14</sup>.

A acrescentar à instabilidade aqui reproduzida por quem a viveu deve referir-se que os Ingleses, através de Cecil Rhodes, faziam já planos quanto ao destino a dar ao porto e cidade de Lourenço Marques, havendo aventureiros estrangeiros que propunham ao Gungunhana a organização das forças vátuas para ocuparem a cidade, que, depois, seria, por esses mesmos estrangeiros, declarada *cidade livre* em troca da cedência ao líder africano de vastas regiões na margem direita do rio Incomati.

A situação tinha chegado a um ponto de grande complexidade, que Lisboa não compreendia e, por isso, não podia oferecer meios militares e materiais para resolver. A solução tinha de ser encontrada localmente.

Ora, o clima em Lourenço Marques era de grande desconfiança quanto a qualquer atitude que se tomasse: os civis portugueses não viam saída e procuravam salvar a todo o transe os seus cabedais, investindo pouco para pouco perderem; os estrangeiros, mais dados à aventura, exploravam a situação até onde podiam. Os correspondentes dos jornais estrangeiros encarregavam-se de fazer chegar à Europa e à África do Sul os mais descontraídos boatos, sempre alarmistas e completamente desfavoráveis a Portugal. Lourenço Marques era, no começo de 1895, um fruto maduro pronto a cair no regaço de quem o sou-

---

<sup>14</sup> António Enes, *op. cit.* p. 47.

besse agarrar e, para isso, nas águas do porto estavam ancorados navios de guerra alemães e ingleses; limitavam-se a acompanhar a evolução dos acontecimentos para intervirem quando achassem conveniente.

Impunha-se traçar um plano para enfrentar a situação e o comissário régio teria de ser o seu motor, conjugando objectivos com meios de forma a traçar um conjunto de acções devidamente articuladas para chegar aos resultados. E os resultados só podiam ser a liquidação do poder político e militar do Gungunhana.

António Enes, com elevado sentido estratégico, concebeu o primeiro passo a dar logo após a sua chegada a Lourenço Marques e dele nos vamos ocupar de seguida, mas, para o poder perceber é necessário que se antecipe uma atitude que o comissário régio tomou mal desembarcou no porto. De facto, correndo a cidade enorme perigo e estando separada dos territórios circundantes por arame farpado, parecia lógico que o mais alto representante do poder político nacional naquela província ultramarina se alojasse, ele e o seu pequeno estado-maior, no local mais protegido de Lourenço Marques; contudo, não foi isso que Enes fez. Mal desembarcou, depois de ter resolvido assuntos urgentes que esperavam pela sua assinatura, à noite, com Paiva Couceiro e Freire de Andrade, foi instalar-se numa pequena casa de madeira e zinco, antiga residência dos governadores do distrito, situada na Ponta Vermelha, em zona já fora do perímetro cercado de arame farpado, perto da Polana — onde hoje existe o hotel do mesmo nome — que havia pouco tempo tinha sido atacada pelos indígenas amotinados. O comissário régio dava o exemplo de ousadia e coragem. Com esta atitude deixava indiciar que a condução dos destinos do conflito na região ia mudar.

Antes de continuar será de toda a conveniência que nos debrucemos sobre as condições existentes em Lourenço Marques para fazer a guerra.

A insalubridade do território era absoluta; o mais grave adversário dos europeus era o mosquito e, por conseguinte, o paludismo; os soldados não podiam rodear-se dos cuidados mais essenciais para evitar a picada: dormiam sem mosquiteiros, muitas vezes ao relento, contraíam as, então, chamadas *biliosas* e as *perniciosas*, estas últimas, quase sempre mortais. O fardamento não tinha ainda sido estudado com rigor e cuidado para enfrentar o clima; os índices de humidade associados às altas temperaturas eram desgastantes. A ingestão de águas não tratadas provocava doenças de vários tipos que iam da disenteria às crises de fígado. Todo este conjunto provocava elevadas baixas na tropa; mais do que os

duros combates com os indígenas, por esse motivo, o tempo normal de uma comissão em África não ia além de doze meses: estava provado que ao cabo deste período nenhum homem se encontrava em boas condições de continuar apto para serviço de campanha. A superioridade interventiva dos europeus advinha-lhe do uso de armamento muito mais sofisticado do que o dos indígenas, mas para que tal fosse viável era necessário ter por trás das espingardas, metralhadoras e peças de artilharia homens saudáveis.

As tropas europeias da expedição que havia embarcado em Lisboa, em 11 de Novembro de 1894 — eram, ao todo, 650 homens<sup>15</sup> —, no começo do mês de Janeiro do ano seguinte já estavam a ter baixa ao hospital em consequência dos rigores do clima. António Enes tinha de agir com rapidez para tirar delas algum proveito tático e estratégico.

A juntar às tropas europeias contava o comissário régio com tropas de recrutamento local, quase sempre incapazes, receosas de serem feitas prisioneiras e que não sabiam tirar qualquer proveito dos ensinamentos ministrados com grande paciência pelos graduados europeus do Exército colonial. Acrescentavam-se a este arremedo de força os chamados *angolas*<sup>16</sup>, assim designados por serem originários da colónia da África Ocidental. Tratava-se de uma força sem grande capacidade de intervenção, dando para serviços auxiliares, mas sem qualquer utilidade em acções de grande envergadura tática: assustavam-se aos primeiros tiros e eram incapazes de manter disciplina militar debaixo de fogo.

Em complemento a todo este conjunto podia contar-se com as *mangas* dos régulos fiéis ou tidos como tal. Não era tropa capaz de se empenhar em combate; serviam como batedores e guarda avançada nos movimentos de progressão no terreno, fugindo ao primeiro sinal de perigo.

Faltavam médicos e hospitais, embora existissem medicamentos em abundância. A assistência clínica era precária e António Enes teve de tomar providências especiais para garantir que, em Lourenço Marques, os soldados beneficiassem do mínimo de apoio sanitário.

No plano naval, como já antes referimos, as carências eram absolutas ainda que pudesse contar com um extraordinário profissionalismo por parte da marinhagem que não se poupava a esforços para conseguir arrancar dos poucos meios ao seu dispor todo o rendimento possível. Como à frente teremos oportunidade de referir, o comissário régio, para

---

<sup>15</sup> Carlos Selvagem, *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, p. 617.

<sup>16</sup> Eram em número de 300; cf. Carlos Selvagem, *ibidem*.



dar corpo e consistência ao seu plano estratégico contra o poderoso Gungunhana, teve de mandar comprar, na África do Sul, meios navais — entenda-se, pequenas embarcações — por altos preços, para os adaptar ao uso bélico de que carecia.

No campo adversário os diferentes régulos conseguiam organizar numerosas *mangas*<sup>17</sup> armadas de zagaias, arcos e flechas, protegendo-se cada combatente com um frágil escudo de couro; usavam armas de fogo, mas em pequeno número e com a particularidade de não saberem tirar delas o máximo proveito. As grandes vantagens militares dos indígenas consistiam em poderem reunir vários milhares de homens contra números quase ridículos de combatentes europeus, conhecerem na perfeição o terreno onde se movimentavam — a maior parte dele não estava ainda convenientemente cartografado para serviço de campanha — e terem total liberdade de movimentos. Sem dúvida, estes eram os elementos mais importantes, tanto no plano tático como estratégico, para impor dificuldades acrescidas aos Portugueses.

Antes de prosseguirmos, convém recordar que no dia 4 de Outubro de 1894 a cidade de Lourenço Marques sofreu um primeiro assalto, lá na zona da Polana, do qual resultaram 22 mortos, tendo, todavia, a artilharia portuguesa posto em debandada as hostes atacantes. Tomaram-se providências e foi reforçada a guarnição da cidade com os marinheiros disponíveis, armando-se os civis — facto que, mais tarde, veio a demonstrar-se desastroso e inconveniente por falta de disciplina — e entregando-se o comando da resistência da urbe ao major Araújo, o qual determinou a delimitação da cidade com arame farpado, como já referimos, e criou os postos de metralhadora e peça ligeira de artilharia em locais previamente pensados. Dez dias mais tarde, uma imensa horda de guerreiros indígenas assaltou, às nove horas da manhã, a cidade em vários pontos, acabando por concentrar o ataque na zona esquerda das barricadas, ou seja, para os lados do pântano do Maé. A desorganização foi, de princípio, quase geral, mas a disciplina dos marinheiros e das praças da força de polícia deu como resultado gerar-se a acalmia necessária para cada um ocupar as barricadas nos pontos mais importantes. O fogo cruzado das metralhadoras e das peças de artilharia ligeira fez elevado número de mortos entre os assaltantes, levando-os à deban-

---

<sup>17</sup> Era a unidade tática dos autóctones e, em quantidade de homens, equivalia, sensivelmente, a um batalhão. As *mangas* actuavam sob comando próprio e distinguiram-se umas das outras pelo tipo de ornamentação dos seus guerreiros. Em regra, só conheciam uma forma de emprego tático: o ataque frontal e massivo.

dada<sup>18</sup>. Desta data em diante Lourenço Marques passou a viver sob o pânico de outra investida e remeteu-se ao espaço mais seguro delimitado pelos arames farpados.

Compreende-se, agora, a necessária temeridade de António Enes ir habitar, com o seu parco estado-maior, fora do perímetro de defesa. Mas não podiam ficar por aqui as medidas imediatas a adoptar. O comissário régio começou, de seguida, a congeminar uma acção que alterasse o estado de espírito da população europeia da cidade e que, ao mesmo tempo, fosse já um passo no caminho da execução de um plano estratégico mais vasto contra o império vátua.

Fora da cidade a única força militar posicionada estava em Angoane, um pequeno posto com pouca guarnição, situado numa zona que não oferecia condições de sobrevivência, carecido de ser alimentado semanalmente a partir de Lourenço Marques à custa de uma coluna que se organizava para o efeito e levava, em carros de bois, o mais indispensável para a tropa. Angoane não era, como consequência da sua debilidade, um posto avançado sobre o terreno: era uma presença simbólica; impunha-se começar a montar uma rede de postos militares que garantisse uma força efectiva no território adjacente ao rio Incomati rodeando, assim, Lourenço Marques, ao mesmo tempo que se penetrava nos domínios dos aliados ou vassallos do Gungunhana. Disso se tratou numa reunião do estado-maior, agora já reforçado por Aires de Ornelas e Eduardo Costa, acabados de chegar de Portugal por terem sido requisitados pelo comissário régio.

António Enes já havia estudado a carta da região e tinha concluído por si mesmo que o ponto mais conveniente para começar a acção militar era Marracuene, na margem direita do Incomati. A distância à cidade não era exagerada e, por outro lado, poderia ter apoio a partir do rio, muito embora Marracuene se apresentasse num plano mais elevado do que aquela linha de água. Era lá que se deveria afrontar os revoltosos e lá construir um fortim suficientemente guarnecido para permitir incursões nos terrenos adjacentes, obrigando à obediência as aldeias indígenas circunvizinhas. Marracuene possibilitaria, também, a desactivação de Angoane e dava protecção às lanchas que navegassem no rio Incomati.

A coluna para esta operação deveria incluir todas as forças militares estacionadas em Lourenço Marques, ficando a guarnecer a cidade os marinheiros desembarcados das corvetas *Rainha de Portugal* e *Afonso de Albuquerque*. Comandaria a coluna o major José Ribeiro, de Caçadores 2, coadjuvado por Caldas Xavier, tendo como chefe do estado-maior

---

<sup>18</sup> Carlos Selvagem, *op. cit.* p. 615-616.

o capitão Eduardo Costa o qual seria auxiliado por Aires de Ornelas e por Paiva Couceiro. O comissário régio ficava, deste modo, sem os seus melhores oficiais. Estava-se a apostar tudo nesta missão.

Os projectos pareciam bons, todavia, quando se tentou passar à execução deparou-se com toda a gama de dificuldades não imaginadas. O batalhão de Caçadores 2 havia embarcado em Lisboa com destino à defesa da cidade de Lourenço Marques e, por isso, não trazia o material rodoviário preciso para a sua deslocação no terreno. O governo do distrito só podia dispor de três ou quatro carros de bois que eram pertença das obras públicas. Feitos os cálculos ao número de veículos necessários concluiu-se que bastavam onze. Para reunir esta quantidade teve de se ir pedir emprestado à Câmara Municipal e alugar a particulares. Não havia muares no distrito e, muito a custo, conseguiram desencantar-se seis jumentos que foram requisitados para dar apoio aos carros de bois. Era impossível contratar carregadores indígenas — mesmo oferecendo-lhes elevados pagamentos — porque a maioria que habitava na cidade estava em ligação e de boas relações com os chefes revoltosos. Os boieiros necessários à condução dos carros foram-se buscar às unidades militares, pagando-se-lhes uma gratificação. A Administração Militar não tinha tendas de campanha facto que obrigava as tropas a dormir ao relento ou a improvisar abrigos semelhantes aos dos autóctones. Depois de se reunirem todos os cavalos possíveis — até o que estava distribuído a António Enes — conseguiram-se 22 para dar montada ao estado-maior e a um pelotão de cavalaria de polícia necessário para os reconhecimentos e escolta. Segundo o conselho experiente de Caldas Xavier os soldados deixaram de equipar com as pesadas e incómodas mochilas do regulamento e, em sua substituição levavam dois bornais. Os capotes iam embrulhados nos lençóis impermeáveis e colocados ao tiracolo.

Dado que os transportes terrestres eram insuficientes para levar os alimentos necessários para a deslocação — previa-se uma marcha de quatro dias e os carros de bois só carregavam alimentos para três — ter-se-ia de se usar o rio Incomati de modo a garantir o abastecimento para todo o tempo de permanência. No distrito só havia o vapor *Neves Ferreira* e as lanchas *Xefina* e *Bacamarte*, porque o escaler *Tito de Carvalho* havia tempo encalhado e ficara fora de serviço na zona do Xai-Xai. O primeiro estava completamente estafado e tinha um calado que não aconselhava a navegação no rio por causa dos encalhes, a segunda embarcação tinha as caldeiras tão avariadas que já levava a fazer-se encomenda de outras para Inglaterra e só restava a lancha *Bacamarte* que nunca havia arvorado ban-

deira de guerra; era um escaler grande, no dizer do comissário régio<sup>19</sup> e a sua tripulação, com dificuldade ia além de quatro homens. Foi armado com um canhão-revólver e uma metralhadora e *blindado* com uns taipais ou anteparas metálicas para simular protecção dos tripulantes e passou a ser comandado por um primeiro-tenente. Foi com esta embarcação que se fizeram as primeiras viagens de abastecimento no Incomati; numa delas foi morto o comandante — Filipe Nunes — tendo sido substituído pelo segundo-tenente Vieira da Rocha o qual mostrou sempre extrema capacidade para afrontar os perigos e os trabalhos das viagens rio abaixo e rio acima. Contudo, porque a necessidade era grande, acabou por se marcar a deslocação da tropa para data próxima das marés mais cheias que aumentavam o caudal no rio e permitiam ao *Neves Ferreira* navegar até Marracuene, carregando nos seus porões os alimentos necessários; uma vez chegado à zona combinada ficaria a servir de fortaleza fluvial, esperando melhor oportunidade para regressar a Lourenço Marques. A *Xefina*, mesmo com todas as suas deficiências iria acompanhar pelo rio a marcha das tropas. Estava constituída a *esquadrilha do Incomati*.

A 28 de Janeiro, ainda o sol não tinha despontado, tocou a alvorada e, depois da primeira refeição, toda a tropa marchou a reunir-se para os lados do cemitério. A progressão no terreno fez-se em quadrado ou de forma a poder formá-lo rapidamente, segundo os critérios clássicos<sup>20</sup>. A coluna compunha-se de 807 homens, contando com as tropas coloniais.

Bivacou em Angoane, a 16 ou 17 quilómetros de Lourenço Marques, sob uma torrencial chuva tropical. Passaram o resto do dia e da noite debaixo da tormenta, usando os capotes para se protegerem<sup>21</sup>. Pelas sete horas do dia 29 retomaram o caminho, usando o mesmo dispositivo de marcha; passava do meio-dia, já depois de terem tomado a segunda refeição, começaram a ser avistados negros na orla da floresta. A artilharia colocou-se em posição e fez fogo, mas sem resultados aparentes. As diferentes aldeias indígenas encontradas pelo caminho estavam desertas embora indiciassem terem sido abandonadas muito recentemente. Perto de Marracuene deu-se pela fuga em grande escala de indígenas da margem direita para a margem esquerda do Incomati, utilizando as suas embarcações características; tentou-se fazer fogo sobre essa gente, mas sem quaisquer resultados. Eram

---

<sup>19</sup> António Enes, *op. cit.* p. 64.

<sup>20</sup> Nicolau Maquiavel, *A Arte da Guerra*, Lisboa: Edições Sílabo, 2008, p. 357.

<sup>21</sup> Deve dizer-se que em Janeiro, naquelas latitudes, é quando aperta o calor e aumenta, em muito, o índice de humidade o que desaconselha o uso do capote preparado para enfrentar a chuva com tempo frio. A experiência portuguesa era, como se pode ver, pequeníssima quanto aos fardamentos mais apropriados às colónias.

quatro horas da tarde quando a coluna chegou ao alto de Massinga junto da margem, na região de Marracuene. Às seis da tarde chegou à vista da tropa a esquadilha de navios saídos de Lourenço Marques para apoio da coluna.

Os oficiais responsáveis fizeram chegar a António Enes, por via fluvial, o seu convencimento de que a margem direita do Incomati estava limpa de rebeldes e, por isso, se deveria arriscar a travessia para a esquerda. Enes, cauteloso, arguto e com grande sentido estratégico, proibiu o movimento desejado por estar convicto de que em Marracuene ainda ia haver forte oposição dos revoltosos. E não se enganou.

Entretanto, no rio as embarcações da esquadilha iam fazendo reconhecimentos armados e aprisionando embarcações que serviam para, a reboque, levarem géneros para Marracuene.

Na madrugada de 2 de Fevereiro, por volta das 4 horas, já havia tocado a alvorada, quando o quadrado foi, repentinamente, atacado no flanco guardado pelos *angolas* que fraquejaram e abriram a brecha por onde entraram os *landins* os quais, com as *zagaias*, feriam e matavam quem podiam. O comando reagiu de imediato e, dando combate dentro do quadrado, manobrou de forma a colmatar a brecha aberta. Foi difícil estancar a entrada de *landins*, mas para tal contribuiu a coragem de Caldas Xavier e o empenhamento de outros oficiais, incluindo o alferes Pinto que falando a língua dos *angolas* os exortava a avançarem para remendar o lado esvaçado do quadrado. Foi, também, a força de polícia de Lourenço Marques que, com grande coragem, se deslocou do flanco onde estava e acabou fechando a ruptura feita inicialmente. Auxiliou, e muito, o fogo intenso quer das espingardas, quer das metralhadoras e das peças de artilharia colocadas nos cantos do quadrado o qual conteve à distância a horda de revoltosos. Não ter deixado chegar as *mangas* ao contacto corpo a corpo foi fundamental, porque, assim, funcionou favoravelmente ao Portugueses a superioridade do armamento e a forma como dele sabiam tirar proveito.

Às 6 horas já o inimigo se havia retirado sorrateiramente, deixando no terreno muitos feridos e mortos. Feito o balanço, haviam morrido três praças europeias e estavam feridos um oficial e oito soldados, um dos quais agonizava; dos *angolas* morreram mais de trinta e vinte tinham ficado feridos.

Calculou-se, através dos rastos deixados no solo, o número de atacantes em mais de três mil; oito foram mortos dentro do quadrado e mais de cinquenta ficaram mortos ou mesmo em frente do quadrado ou mais longe em consequência dos disparos da artilharia. O número de feridos deve ter sido muito grande, pelos rastos de sangue que deixaram no matagal.

Só a infantaria portuguesa disparou 4 500 cartuchos de espingarda fora as granadas de artilharia.

As ordens de António Enes, expedidas de Lourenço Marques, foram no sentido de fazer recolher à cidade a coluna e de não se tentar qualquer travessia do Incomati; a vitória conseguida era já suficiente para alterar a opinião sobre os soldados portugueses tanto na cidade como no mato; agora havia que delinear outros modos de agir e que reforçar a situação já conseguida. Entretanto, na cidade, corriam os mais díspares rumores e boatos sobre o combate de Marracuene, falando-se, nos círculos de estrangeiros, em chacina da coluna nacional.

O comando da força entendeu que não deveria regressar de imediato à capital do distrito, porque isso daria aos revoltosos a impressão de uma fuga, assim, instalou-se defensivamente, melhorando as condições para enfrentar um novo assalto; ao mesmo tempo fazia operações de reconhecimento nas redondezas para reforçar a sua presença. E ainda bem que deste modo procederam, porque logo na noite seguinte, pela 1 hora da madrugada, os revoltosos tentaram, à distância e com armas de fogo, um novo contacto com o quadrado, mas receberam, de imediato, uma surtida resposta que os fez fugir e calarem-se. De manhã percebeu-se pelos rastos que haviam estado a sessenta ou setenta metros dos Portugueses, mas não haviam ousado avançar mais. Na noite seguinte ouviram-se tiros de espingarda que atravessaram o quadrado sem quaisquer consequências para além de obrigar a uma constante vigilância. No dia 4 uma força com soldados de Angola atravessou o Incomati e destruiu três aldeias desertas, sem qualquer resistência. Foi no dia seguinte que Caldas Xavier deliberou regressar a Lourenço Marques. Chovia copiosamente. A marcha fez-se até Angoane onde pernoitaram. Seguiram a 6 para a capital do distrito. A sua chegada à cidade foi soberbamente descrita por António Enes.

Eu estava então alojado na residência do governador do distrito, um cacifo encostado à estação da linha-férrea, na orla do pântano do Maé. Caldas Xavier caprichou em levar a coluna até lá, atravessando o centro da cidade, a pretexto de receber ordens do quartel-general, mas realmente para mostrar que não há intempéries, nem privações, nem canseiras, nem perigos que tirem a têmpera de aço a bons soldados portugueses. Chegado ao povoado disse à força: *Lembrem-se que vão ser vistos por estrangeiros!* Não foi precisa outra exortação ou ordem para que as fileiras se unissem e alinhassem por si, apurando-se os corpos vergados, alçando-se as frentes abatidas, aligeirando-se os passos tardos, e a pequena coluna tomasse de repente um tom garboso e altivo. Os pobres *angolas*, menos capazes de estímulo, recolheram ao seu quartel; mas a bateria de montanha, Caçadores 2, a cavalaria e a infantaria da polícia, desfilaram pelas ruas principais, por entre alas de espectadores curiosos e espantados, cla-

rins e cornetas tangendo, bocas de fogo rodando estrondosamente entre linhas de serventes altos e desempenados, oficiais dando ordens com voz segura e vibrante, tão bem ordenados, tão firmes, tão marciais, como se estivessem manobrando numa parada de gala. E, contudo, quem via de perto aqueles bravos, compungia-se. Em que estado vinham todos, Santo Deus! Se os doentes que jaziam no hospital se tivessem armado e metido em forma, não teriam aspecto de mais sofrimento. Nas filas que passavam cadenciadas descobriam-se rostos emaciados, peles esverdeadas ou terrosas, magrezas esqueléticas, malares esbrugados e retintos pelas vermelhidões das febres, lábios sem cor, pálpebras negras e entumecidas; mas os olhos, esses brilhavam sempre. Traziam os uniformes de linhagem empastados de lama até às golas, negros pela pólvora e pela graxa do equipamento, encarnados da areia, escorrendo água, descosidos, cheios de farpões; o calçado vinha cambado e roto, as ferragens do armamento cheias de ferrugem. Cobriam-nos, todos os estigmas, todas as imundices, todos os desalinhos com que o sertão e a guerra, as duras provações e o forçado abandono de si podem deprimir a dignidade da figura humana; mas a expressão viril dos semblantes, o próprio esforço com que dissimulavam a fadiga, o sereno desassombro com que deixavam ver os seus farrapos sujos, a lembrança do que tinham ousado, feito e padecido faziam-nos parecer tanto mais nobres quanto mais sórdidos, e mais heróicos quanto mais definhados. Nunca vi tropa tão brilhante! Aquelas nódoas, aqueles rasgões, impunham mais do que se fossem veneras e tanto como se fossem cicatrizes. Nas linhas atormentadas das faces liam-se folhas de serviços. Alguns traziam as cabeças entapadas por baixo dos *kepis*, braços ao peito. Como aqueles farroupilhas eram verdadeiramente soldados! Cheguei a pensar que limpá-los, bruni-los, vestir-lhes fardas novas, seria o mesmo que lambuzar de cal as paredes requeimadas e limosas de uma catedral gótica. Assim é que eles simbolizavam o cumprimento austero do dever, o esforço diante das dificuldades, a impassibilidade perante os perigos, a constância no sofrimento; assim é que se desprendiam deles sugestões irresistíveis de respeito e de simpatia. Estrangeiros escarninhos, que paravam para os ver, ficavam sérios e reverentes; lágrimas silenciosas de enternecimento e ufanía rolavam pelas faces dos bons portugueses!

Esta é, talvez, das páginas mais bonitas que se escreveram sobre o sofrimento e a glória dos soldados portugueses em África.

Marracuene foi o primeiro passo de uma extraordinária caminhada estratégica para vencer a oposição dos autóctones moçambicanos à presença portuguesa no interior do continente. Àquele punhado de homens, que António Enes tão bem descreve, ficou Portugal e o comissário régio a dever a possibilidade de desenvolver uma estratégia posterior de envolvimento do Gungunhana. A partir do começo de Fevereiro de 1895 a revolta passou à defensiva. Os regulados próximos da cidade de Lourenço Marques aceitaram de bom grado e imediatamente a vassalagem ao rei de Portugal. Dali para a frente só havia que montar a armadilha para retirar poder ao régulo de Gaza.

António Enes começou a reorganizar o plano de ataque e, para tanto, distribuiu a sua atenção para dois pontos: por um lado, dotar o distrito e as forças militares nele instaladas de meios de transporte terrestres e fluviais e, por outro, implantar postos militares no terreno para garantir a tranquilidade na capital do distrito.

Com o intuito de iniciar o seu plano mandou comprar na África do Sul mais de uma centena e meia de solípedes para dar montada ao esquadrão de cavalaria que em breve chegaria do reino; necessitava, também, de carros de bois e dos próprios bois treinados a tirá-los para além dos carreiros para os conduzirem. Encarregaram-se desta missão o capitão Abreu Machado e o tenente Aires de Ornelas.

Para implantar postos militares era necessário fazer deslocar tropas mais para norte e isso impunha, também, poder desbravar e garantir a navegação ao longo do rio Limpopo, mas para esta última missão faltavam os meios navais. Ter-se-iam de ir buscar ao resto da província, nomeadamente ao rio Zambeze. Contudo, embarcações para navegar em rios assoreados com muita dificuldade venceriam a navegação em alto mar. Aqui levantava-se uma tremenda dificuldade. Havia que vencê-la.

Por conselho de oficiais de marinha optou-se por trazer para o Limpopo duas pequenas lanchas: a *Sabre* e a *Carabina* que, à partida teriam de ser comboiadas por um navio de maior porte. E foi neste ponto que começaram as dificuldades, porque ninguém queria arriscar a navegação no canal de Moçambique, especialmente naquela época do ano.

Para garantir, de imediato, a solução de alguns problemas náuticos resolveu o comissário régio adquirir na África do Sul um escaler-rebocador ao qual foi dado o nome de *Lisboa*. Destinou-o ao serviço no porto de Lourenço Marques e ao abastecimento das topas na margem do rio Incomati. Para além destes comprou, também, uma embarcação em Durban — que pelos seus próprios meios conseguiu chegar a Lourenço Marques — baptizando-a com o nome *Incomati*. Uma outra embarcação, vinda da África do Sul, foi o vapor *Magaia*, que teve de ser transportado num outro navio, com as caldeiras desmontadas. Estas duas últimas embarcações foram transformadas em navios de guerra à custa de tentar couraçá-las com uma chapa de ferro que qualquer arma de fogo trespassava e de lhes colocar um canhão-revólver.

Para poder continuar com segurança decisória a campanha empreendida, António Enes requisitou a Lisboa a nomeação de um oficial superior para comandar todas as tropas; o Governo nomeou o coronel Eduardo Galhardo. Requisitou, também uma força de engenharia — pontoneiros —, mais pessoal do serviço de saúde, mais armas ligeiras para distribuir às tropas indígenas e material ligeiro de artilharia. Requisitou, também, mais dois



batalhões completos de infantaria, uma secção de artilharia de montanha e mais o prometido esquadrão de cavalaria e ainda pessoal para o *Corpo de Polícia de Lourenço Marques*. Diga-se, em abono da verdade que sobre esta última tropa António Enes não se cansou de tecer rasgados elogios<sup>22</sup>.

A par de toda a preocupação logística necessária ao bom andamento futuro das operações militares o comissário régio teceu uma rede *diplomática* de aproximação ao Gungunhana a qual não pudesse na mente do régulo assemelhar-se a um sinal de fraqueza. Era necessário dar-lhe indicações de que os Portugueses estavam dispostos a fazer exigências e, nesse sentido, os primeiros contactos que mandou estabelecer foram de exigência de entrega dos líderes negros que haviam chefiado a revolta que pusera Lourenço Marques em grande sobressalto. Gungunhana, prometendo sempre vassalagem, escusou-se, com ardis os mais diversos, a cumprir a exigência de António Enes. Isso deu-lhe a certeza da necessidade de manter aberta a porta do diálogo enquanto, convictamente, preparava a acção de guerra que poria fim ao poderio do chefe vátua. Para o conseguir, seguindo um conselho de Caldas Xavier, o comissário régio dispôs-se a rodear a *capital* do império de Gungunhana de uma série de postos militares que dessem aparência de serem fracos, mas tivessem, na verdade, capacidade de resistir às investidas indígenas. Se, por um lado, havia entre os militares quem apoiasse António Enes nesta manobra de envolvimento estratégico, existia, por outro, entre os civis tidos como entendidos de assuntos africanos quem aconselhasse que o mais conveniente era não afrontar o chefe vátua e procurar com ele um entendimento que fosse possível manter o *status quo*. No fundo, era inverter a situação e, em vez de o obrigar a uma vassalagem que ele não desejava, aceitar ficar o rei de Portugal como vassalo de Gungunhana. E não se pense que era inédita a situação! A *South African* pagava anualmente ao régulo vátua a *módica* quantia de 1 000 libras para garantir a sua neutralidade e *lord* Salisbury, em 1891, havia aconselhado solução idêntica ao Governo português para manter neutral Gungunhana já que, segundo aquele governante britânico, Portugal não tinha meios militares para lhe fazer frente<sup>23</sup>. António Enes nunca tomou como sérios tais conselhos e optou pela solução militar cautelosa, porque, com poucos homens, tinha, provavelmente, de enfrentar as *mangas* vátuas. Mas aqui, no cálculo estratégico do comissário régio, deve levar-se em conta o seu conhecimento da psicologia dos Africanos daquela época. Na realidade, ele pensava que indo corroendo e vencendo os povos vassalos de Gungunhana retirava ao chefe vátua a confiança que os seus próprios guerreiros tinham

---

<sup>22</sup> António Enes, *op. cit.* p. 107-108.

<sup>23</sup> António Enes, *op. cit.* p. 117-118.

nele, pois era comum os hesitantes, perante uma estrondosa vitória, aderirem de imediato ao vencedor, abandonando à sua sorte o vencido. António Enes ia jogar essa cartada, arriscada, mas a única possível com os meios materiais de que Portugal dispunha.

O primeiro posto que mandou estabelecer foi na ilha Xefina Grande, na entrada do Incomati, para fazer dele um depósito de géneros e de munições para abastecimento de todas as guarnições que fossem colocadas para o interior do rio. Era necessário ocupar, de seguida, a Xefina Pequena, mas essa impunha maior cautela dado a proximidade da margem do rio de onde partia grande resistência armada com espingardas. Coube à lancha *Bacamarte* rebocar dois batelões com 50 soldados negros da província e 3 brancos e lá foi com mais uma casa pré-fabricada de madeira e zinco para dar guarida ao pessoal. A ocupação não causou problemas bélicos, mas, no entanto, obrigou a desmatar a área onde se havia de pôr de pé a casa que ficou rodeada de arame farpado e de um reparo feito de zinco que devidamente enterrado à vertical oferecia uma excelente posição de tiro para defesa de qualquer ataque que nunca ocorreu. Este tipo de construção serviu depois de modelo para outros postos temporários destinados a dar abrigo a pequenas guarnições.

Logo depois da ocupação das Xefinas pensou e mandou o comissário régio proceder à ocupação definitiva de Marracuene. Estava-se no começo do mês de Março. Ali ia, agora, construir-se um quartel permanente para uma força de cerca de 80 homens entre soldados indígenas e europeus, com o apoio de duas embarcações da Armada que estariam no Incomati, servindo de reforço e retaguarda logística na fase inicial.

O quartel iria ter duas grandes casas pré-fabricadas de madeira e zinco que existiam abundantemente em armazém, em Lourenço Marques. Material, alimentos e munições iriam ser transportados rio acima, em batelões, a reboque dos navios de guerra.

Na margem oposta a Marracuene, no dia do desembarque, estavam bastantes negros que invectivavam os soldados e disparavam tiros de espingarda que nenhum mal causou. Contudo a instalação fez-se, ainda que rodeada de precauções, sem perigos.

Depois de instalada a força militar, impunha-se a todo o transe ocupar a margem esquerda do rio para aliviar a pressão local e obrigar o gentio a uma subordinação que ainda não estava conseguida e da qual Gungunhana tirava todo o proveito. Mas o cerco só estaria completo quando, a partir de Inhambane, se começasse a lançar forças militares sobre o terreno. Para tal era preciso ir negociando com o chefe vátua — sempre dentro da linha de imposição que inicialmente António Enes havia traçado, ou seja, impondo a entre-

ga dos chefes rebeldes que à sua sombra estavam abrigados — enquanto se lançavam os preparativos para uma operação militar de maior envergadura.

A decisão de *empatar* diplomaticamente no entretanto dos preparativos militares foi ganhando cada vez mais força em António Enes, porque só havia duas alternativas de cerco ao Gungunhana: uma, era a de estabelecer testa-de-ponte em Inhambane e depois deslocar forças para Chicomo, que ficava, segundo se calculava, a três ou quatro dias de marcha de Manjacase, capital do império vátua; outra, era utilizar o rio Limpopo e começar na região do Xai-Xai as operações de aproximação; mas esta tinha o inconveniente de ao pôr pé em terra dar-se logo início às hostilidades, criando-se a oportunidade de Gungunhana poder reunir as suas forças e ir desgastando em sucessivos recontros a coluna militar portuguesa. Assim sendo, era preferível escolher a primeira solução e, deste modo, gerar no seio dos aliados do régulo vátua a dúvida e a incerteza quanto à capacidade de afrontar os Portugueses. Quer dizer, em vez de haver um desgaste de homens em combates cujo resultado era incerto, optava-se por inverter o desgaste, passando-o para o terreno do adversário, sem provocar confrontos bélicos. Foi este o plano escolhido. Entretanto, foi preciso fazer reconhecimentos no terreno para garantir distâncias e possibilidades de trânsito, já que tudo era desconhecido na zona de Gaza.

Os preparativos tiveram início e uma das primeiras medidas tomadas foi mandar construir alojamentos para tropa em Maxixe, que fica na margem oposta da baía de Inhambane. Aí far-se-ia a primeira grande concentração de tropas antes do avanço para Chicomo e Maxixe passaria a funcionar como posto intermédio de Inhambane e Chicomo.

O comissário régio mandou o capitão Eduardo Costa fazer o reconhecimento para possível trânsito pelas localidades antes indicadas de uma coluna militar que rondasse os 1 200 a 1 500 homens e, também, de Inharrime, por onde tencionava fazer instalar tropa. Por outro lado, este mesmo oficial ficou encarregado de reconhecer a navegabilidade dos rios da região de modo a estabelecer fáceis comunicações entre Inharrime e Chicomo.

Para as deslocações entre Lourenço Marques e Inhambane contava António Enes com as corvetas da Armada que compunham a defesa marítima da costa de Moçambique: *Rainha de Portugal* — completamente arrasada — *Quanza* — que já só navegava à vela — *Afonso de Albuquerque* — que tendo as caldeiras rotas lá ia cumprindo todas as missões para que era chamada — *Rio Lima* — que foi retirada pouco depois de se ter apresentado — *Diu* — que em Março de 1895 ainda vinha a navegar de Macau para Moçambique.

A 13 de Abril desembarcou em Lourenço Marques, ido do reino, o coronel Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo com as forças de artilharia e de engenharia que haviam sido requisitadas a Lisboa. A tropa era acompanhada de boa quantidade de bocas de fogo, de munições, víveres, material telegráfico e todo o tipo de ferramentas de engenharia. Desta vez, houvera cuidado grande em Portugal para enviar em abundância tudo o que fizesse falta. Eduardo Galhardo não conhecia África e nunca vira um guerreiro negro, mas o comissário régio acreditou que rapidamente superaria estas falhas quando entrasse em contacto com a realidade que o cercava. E isso veio a acontecer, embora com algumas subtis ressalvas de António Enes, das quais, a seu tempo, daremos notícia.

A chegada do coronel Galhardo era muito ansiada pelo comissário régio o qual, por força das competências que lhe estavam atribuídas, desempenhava as funções de comandante em chefe das forças militares da província, mas desejava ter com quem partilhar as decisões que ia tomando, especialmente as de carácter militar e estratégicas, pois só tinha por único guia o seu próprio bom senso. Estabeleceu com o coronel Galhardo as delegações necessárias para se ver aliviado de parte do comando directo das operações e das funções de fiscalização que chamara a si. Foi fácil e harmonioso o entendimento.

A fase seguinte do desenvolvimento das operações militares, no Sul, impunha que se avançasse para a ocupação da Manhiça e se tentasse a travessia do Incomati para abrir caminho directo à fronteira com os territórios do régulo vátua. Mas não se podia lançar uma ponte no Incomati em Marracuene, por ali o rio ser muito largo; tinha-se de subir mais uns quilómetros até atingir a zona de Incanine, onde o rio era mais estreito e permitia fazer-se uma ponte de barcas para travessia das forças militares ocupantes. Ora, esta operação obrigava à fixação de tropas num posto já distante de Marracuene e representava mais um avanço no cerco ao Gungunhana. Ocupar as duas margens do Incomati, em Incanine, tornou-se o objectivo dos esforços que se tinham de levar a efeito por via fluvial.

Por esta altura, receberam-se, em Lourenço Marques, os dois escaleres, comprados em Durban, que tomaram o nome de *Incomati* e *Magaia*. Receberam beneficiações que os transformaram, na aparência, em embarcações de guerra. Mesmo com estes reforços ainda faziam falta a *Sabre* e *Carabina* que se encontravam em Quelimane e que por razões diferentes — especialmente o receio de as perder na navegação do canal — por lá se demoravam. Desapareceram as esperanças de António Enes as poder utilizar nesta fase da campanha, por isso mandou que no final de Abril, numa operação híbrida — feita a partir de um reforço que Marracuene recebeu por terra e depois despachou pelo rio —, marchassem

para Incanine 172 praças das forças estacionadas em Lourenço Marques, comandadas por Paiva Couceiro. Ia dar-se início à construção da ponte tão necessária para passar à margem esquerda do Incomati. A navegação fluvial tornou-se imprescindível e nela se empregaram todos os meios para fazer chegar a Incanine os materiais armazenados na capital do distrito. Para a construção da ponte foram essenciais os esforços, também, dos marinheiros, que ajudaram com a sua perícia a fundear os barcos que formavam o apoio do tabuleiro.

As lanchas *Sabre* e *Carabina* só chegaram a Lourenço Marques na manhã de 14 de Maio, depois de António Enes ter dado ordem que, de qualquer modo, navegassem sob sua responsabilidade desde Quelimane; ainda puderam ajudar no reboque de pontões para Incanine. Neste tempo recuado, o mais pequeno esforço envolvendo homens e material assumia proporções de verdadeira odisseia porque a doença espreitava os primeiros e a carência, rondando a verdadeira miséria, assenhoreava-se do segundo.

A ponte ia progredindo lentamente, mas sem incómodos bélicos sobre a tropa que a executava. Os rebeldes assistiam à distância sem interferirem. Quando concluída, media 205 metros assente em 28 barcos e uma lancha de comércio, tendo uma portada para passagem das embarcações<sup>24</sup>. Agora era preciso avançar para a outra margem afim de ocupar Mapunga. Para o efeito, foi reforçada a força militar de Incanine com mais 160 praças idas de Lourenço Marques e pertencentes a Infantaria 2. Foi pedido que os régulos da Matola e da Moamba reunissem os seus guerreiros para apoiarem a coluna europeia; juntaram-se mais de mil homens armados de zagaias.

Em Incanine estabeleceu-se a força para a ocupação pretendida com cerca de 400 praças e foi dado o comando ao capitão Freire de Andrade. Atravessaram a ponte e formaram quadrado para progredirem no terreno, mas não encontraram ninguém que lhes opusesse resistência. A caminhada até Mapunga foi estafante e inglória, porque a única coisa que puderam fazer foi incendiar a povoação abandonada. Os rebeldes mais uma vez fugiam à frente daquela esforçada tropa e evitavam o combate. A coluna regressou a Incanine, onde chegou já de noite. Nos dias que se seguiram desenvolveram-se mais operações de limpeza na margem esquerda do Incomati deixando para o final a Macaneta, por se julgar que estava mais armada e defendida do que todas as anteriores. O assalto a esta afamada povoação — que apoiava uma praia fluvial famosa por ser local de ataque a todas as embarcações que por lá passavam, conhecida entre os Portugueses e os indígenas por praia do *Finish* — fez-se por terra e pelo rio. Ao desembarcar, a tropa, não encontrou resistência

---

<sup>24</sup> António Enes, *op. cit.* p. 175.

de qualquer espécie, mas identificou uma série de fortificações, nomeadamente trincheiras, que denotavam já um conhecimento de formas de combate mais evoluído. Tudo tinha sido previamente abandonado.

Faltava, agora, na margem direita do Incomati, ocupar os lugares da Manhiça, Cherinda e o Intimane; tudo o mais estava submetido ao poder de Portugal com as respectivas populações libertas dos laços de vassalagem e obediência que deviam ao Gungunhana. Na margem esquerda, avançar mais para norte implicava em dar início às hostilidades com o régulo vátua o que ainda não seria conveniente por não estar preparado o cerco a partir de Chicomo.

Depois da ocupação de Incanine, Macaneta e Mapunga deixaram-se guarnições nos postos militares que, entretanto, foram levantados e retirou o grosso da coluna para Lourenço Marques. Tinha demorado esta acção cerca de um mês.

Depois de ter visitado o posto militar de Marracuene, usando na deslocação meios fluviais, António Enes, já em Lourenço Marques, reconhecendo a fertilidade do solo daquela localidade, mandou, por decreto régio, que por lá fosse feita uma povoação onde se deveriam fixar europeus. Assim nasceu Vila Luísa, que no já distante ano de 1967 tivemos oportunidade de visitar e, junto ao monumento que assinalava o combate, prestar uma silenciosa homenagem a todos os que deram o seu esforço e, até, a vida para que a terra tivesse prosperado.

Perto do final do mês de Maio, o comissário régio determinou que se criassem duas colunas militares para proceder à ocupação das terras que estavam fugidas à vassalagem do rei de Portugal: a do Norte ou de Inambane e a do Sul ou de Lourenço Marques. A coluna do Norte ficava com cerca de 1 300 praças europeias e a do Sul com pouco mais de 1 000. A do Sul tinha de dar guarnições para os postos implantados ao longo do Incomati o que lhe reduzia os efectivos para cerca de 800 homens. À coluna do Norte, tal como já havia sido previsto, foi dada como missão principal, depois de desembarcar em Inhambane, ir instalar-se na localidade do Chicomo, criando um posto devidamente fortificado de onde pudesse desencadear operações contra o território vátua, ao mesmo tempo que se faria tudo para fortificar Inharrime.

Depois da partida da coluna do Norte para Inhambane, chegou a Lourenço Marques o esquadrão de cavalaria comandado pelo capitão Mouzinho de Albuquerque. Era uma tropa escolhida entre os soldados mais desempenados e garbosos que se conseguiram

arranjar em Portugal. Mas era uma tropa de cavalaria que vinha apeada por se ter julgado melhor comprar as montadas em África do que trazê-las da Europa por não estarem habituadas aos rigores do clima daquele continente. As que Aires de Ornelas havia adquirido na África do Sul não estavam ainda domadas para serviço de montaria, daí que foi necessário treiná-las um tanto à pressa. Este trabalho foi feito, antes da chegada do esquadrão, com o pouco pessoal especializado que o comissário régio tinha ao seu serviço em Moçambique — até um antigo oficial picador, agora já intendente, que vivia na Beira, foi chamado a Lourenço Marques para colaborar! — mas foi Mouzinho com os seus soldados quem conseguiu acabar a instrução dos animais. A 15 de Junho embarcaram para Inhambane três pelotões dos quatro que tinha o esquadrão, comandados por Joaquim Mouzinho de Albuquerque para se integrarem na coluna do Norte.

A chegada de tanta tropa fresca a Lourenço Marques teve forte impacto sobre o régulo da região de Maputo, levando-o a jurar total e fiel vassalagem ao rei de Portugal. Do mesmo modo, Gungunhana, na capital do seu vasto império, foi sendo informado dos reforços militares que se mostravam, agora, em força e, temeroso, mas carregado de hipocrisia, tentava manobras diplomáticas no sentido de garantir uma paz que, à primeira oportunidade, desrespeitaria. Esta nova atitude do chefe vátua levou António Enes a consolidar a certeza da sua estratégia. Tudo estava a ser feito como devia e as sucessivas aproximações às fronteiras vátuas iam corroendo as certezas de todos os que serviam Gungunhana e, até, as do próprio líder. Era isso que o comissário régio ambicionava, tendo em conta a grande capacidade de mobilização militar que o indomável régulo possuía. De Lisboa, entretanto, face ao esforço militar que se estava a fazer, exigiam que António Enes garantisse o aniquilamento de Gungunhana... E isso ele não podia fazer, dada a desproporção de forças em presença. Conduzir uma estratégia que possibilitasse a concretização desse objectivo era a sua intenção, mas, de imediato, poder anunciar que ia romper hostilidades contra o império vátua, considerando-se vitorioso à partida, era insensato e imponderado, para além de impróprio de quem conhecia a realidade como ele. Tinha de agir com prudência. Mas perante a instância de Lisboa, só lhe restou apresentar o pedido de demissão. Não foi aceite e o Governo deu provas de confiança na forma como o comissário régio estava a conduzir a política de sujeição do régulo vátua. António Enes saiu reforçado da breve crise e isso deu-lhe oportunidade para prosseguir a via traçada há muito.

Nas negociações que ia mantendo com Gungunhana — corria o mês de Junho — fez-lhe chegar catorze exigências que mostravam claramente que ou havia total sujeição ao

poder da coroa portuguesa ou o caminho da guerra era o único que se abria no futuro próximo. A negociação em força era, agora, a arma do comissário régio.

No plano militar, nesse mesmo mês de Junho, continuavam as acções no sentido de ocupar Magude e Magul a partir da junção de tropas na Manhiça e em Intimane, no Sul, enquanto na coluna do Norte ainda se estavam a juntar as tropas para as fazer avançar rumo a Chicomo. No Sul, pelo lado do rio Limpopo, nada se podia fazer por falta de meios navais.

As dificuldades a Norte eram grandes, especialmente por escassez de meios de transporte: não havia nem carros nem bois para os puxar. O grande problema é que tanto os animais como os carros tinham de ser adquiridos na África do Sul, pois não os havia na província. Esta carência dos meios mais elementares dá-nos hoje a dimensão exacta da forma como foi feita a subjugação das populações indígenas naquele longínquo ano de 1895 e de qual o tipo de capacidade concorrencial que os Portugueses tinham com os restantes Estados europeus que pretendiam demarcar colónias em África: a nós tudo nos faltava e tudo tinha de ser improvisado, porque não se havia fixado nos aglomerados urbanos número suficiente de artífices e de comerciantes que pudessem suprir localmente as necessidades, tal como acontecia com os Ingleses na África do Sul.

Para melhor coordenar as operações junto do comando da coluna do Norte, utilizando a canhoneira *Diu*, chegada de Macau, foi António Enes instalar-se nela em Inhambane, no final do mês de Junho.

As tropas ainda estavam em fase de preparação para a marcha para Chicomo e distribuíam-se entre Inhambane, Cumbana e Maxixe. Era preciso pôr em marcha toda aquela hoste quanto mais rápido melhor, pois, como se sabia, se assim não acontecesse as febres palustres começavam a dizimá-la; doze meses eram o limite da resistência.

Tendo, António Enes, reconhecido localmente que a marcha para Chicomo não apresentava perigo militar de grande monta e vendo toda a conveniência em construir um posto naquela localidade bem próxima dos territórios vátuas, mas a cerca de cento e sessenta quilómetros da base de operações, mandou que 500 soldados marchassem de imediato para se instalarem defensivamente. A ordem começou a ser cumprida, vencendo-se algumas dificuldades. A marcha não podia fazer-se de uma só vez e, por isso, avançaram os homens, primeiro para Cumbana. A 20 de Julho já seguia para Chicomo o coronel Galhardo. Levariam cerca de seis ou sete dias até lá chegarem. As paragens far-se-iam em postos previamente identificados e onde se haviam construído primários barracões para dar



guardada às tropas. Como se vê, tinha havido um programa de preparação da marcha e uma rudimentar ocupação do terreno. Foi esta forma de proceder que constituiu uma nova maneira de afirmar o poder real português nos matos da região. Por trás de toda esta acção estava a vontade férrea do comissário régio que tudo ia impulsionando apoiado em alguns oficiais do Exército que eram da sua máxima confiança. A 3 de Agosto já estavam em Chicomos todos os efectivos que àquele posto se haviam destinado e o coronel Eduardo Galhardo podia, agora, dar início às operações que fossem necessárias contra o território vátua. Mas isso só aconteceria quando estivessem angariados os meios materiais julgados indispensáveis para desencadear a marcha sobre Gungunhana. Entretanto, no Sul, continuavam as acções de cerco e pacificação.

No dia 7 de Julho, depois de ter marchado por fracções menores, toda a coluna do Sul estava a estanciar em Stokolo, alojada nos barracões que por lá existiam. Era uma localidade que não dava comunicação imediata com o Incomati. Para obstar a este inconveniente foi escolhido um local a cerca de 12 quilómetros de distância, mas na margem daquele rio, para onde se transferiu a tropa. Deu-se-lhe o nome de posto X, comandado por Paiva Couceiro.

Já anteriormente, utilizando a flotilha do Incomati (*Sabre, Carabina e Bacamarte*) se havia transportado tropa para a Manhiça, constituindo no local um bom posto fortificado. Estabeleceu-se, dias mais tarde a ligação deste último posto com o designado X que lhe ficava fronteiro. A verdadeira intenção ao colocar tropas nestas localidades era conseguir chegar a Magul para impor o seu poder ao régulo da região. Para alcançar tal desiderato havia que utilizar o Incomati e o rio Incoluane para, depois, por terra avançar sobre o objectivo. Ora isto não se podia fazer de uma só vez e, assim, tinha de se criar um posto intermédio onde se fossem juntando as tropas transportadas por via fluvial em várias viagens. O ponto que Freire de Andrade escolheu foi Chinavane.

Magul era a capital do régulo Matibejana, protegido de Gungunhana, e que, revoltado, punha sempre em risco a segurança de Lourenço Marques. A conquista de Magul era, por isso, fundamental.

Neste entretanto, as negociações com Gungunhana nunca se romperam, como, aliás, fazia parte da estratégia do comissário régio: era preciso ir mantendo o poderoso régulo sob controlo, intimando-o à entrega dos chefes revoltosos seus protegidos, enquanto se avançava com os preparativos militares os quais, ao mesmo tempo, o iam desmoralizando e especialmente aos seus numerosos aliados. Estes estavam ligados àquele líder, como

já dissemos, muitas vezes mais por medo do que por convicção. Vassalagem por vassalagem preferiam a que prestavam aos Portugueses, já que a autoridade colonial não permitia desavenças entre chefes locais por estar interessada na total pacificação da província.

Em Agosto de 1895, António Enes havia imposto a si mesmo o dia 15 como data limite para se decidir sobre a guerra ao Gungunhana ou para aceitar a via da negociação desde que ele cumprisse todos os itens do documento que lhe havia mandado meses antes. O chefe vátua, pressionado, acabou por tentar impor ao comissário régio o afastamento das tropas portuguesas das fronteiras do seu território para, então, entregar os chefes rebeldes; usou de todas as artimanhas com vista a conseguir o seu desejo. Nada demoveu o comissário régio e, pelo contrário, arreigou-se-lhe a convicção de que só por total destruição do poderoso chefe negro se conseguiria a pacificação do sul de Moçambique. Assim, reafirmou, por essa altura, as suas ordens para que se despachassem os militares nos preparativos da campanha final. Tinha em vista provocar um ataque dos vátuas ou a fuga do Gungunhana. Esta segunda hipótese era-lhe muito mais querida pelos efeitos desmoralizantes que ia gerar nas hostes negras. A grande dificuldade para pôr em marcha a tropa que estava no Chicomo, mais próxima, portanto, da capital vátua era a falta de transportes para carregar os mantimentos, todos os artigos que aliviassem os soldados durante a marcha e as munições necessárias ao combate.

Perante a última atitude do Gungunhana, António Enes, que estava em Inhambane, partiu para Lourenço Marques para dar ordem à coluna do Sul para proceder à ocupação de Magul<sup>25</sup>. As hostilidades de forma aberta iam começar. Ao mesmo tempo, as embarcações militares que estavam no rio Limpopo deviam dar início à limpeza das margens, nas povoações que pudessem atingir. Era necessário que se percebesse a concertação de esforços e que, de agora em diante, se haviam quebrado os laços *diplomáticos*. Contudo, da oficialidade que o rodeava e estava informada sobre o estado de espírito de Gungunhana e da força militar de que dispunha, partiam conselhos para não ir mais além do que se havia conseguido até àquela data. Aires de Ornelas pedia prudência, Mouzinho de Albuquerque achava ousada toda a acção de guerra, o coronel Galhardo, obedecendo, ia apontando dificuldades logísticas que pareciam intransponíveis; só Paiva Couceiro, no Sul, se mostrava animoso e desejava o combate. No Norte, a ordem para começar a ofensiva a partir de Chicomo tinha de ser da exclusiva responsabilidade do comissário régio.

---

<sup>25</sup> Para a campanha a partir do distrito de Lourenço Marques não havia válidos mais do que 600 homens europeus, o que, em quais quer circunstâncias, eram pouquíssimo. Vd. António Enes, *op. cit.* p. 272.

Foi, exactamente, no Sul que a situação veio gerar um novo clima de maior confiança. As forças menos poderosas do comissário régio haviam conseguido uma vitória militar estrondosa em Magul.

Com efeito, no dia 7 de Setembro de 1895, de Chinavane partiram 275 praças europeias, 33 *angolas* e 11 oficiais para Magul, na sequência de um ultimato feito por Piva Couceiro — acção temerária perante várias centenas de guerreiros negros — impondo a entrega do Matibejana. Levavam consigo 4 metralhadoras puxadas por burros!

Avançaram pelo caminho já antes reconhecido e mais ou menos desbastado até ao ponto onde havia sido aprazada a entrega do chefe rebelde que era bem protegido do Gunguhana. Formou-se o quadrado, que já na marcha se tinha delineado, e esperou-se à vista das hordas inimigas, sem que antes se tivesse desenrolado, na frente dos flancos, arame farpado para quebrar os primeiros ímpetos dos negros atacantes. Mas estes não tomavam a iniciativa; era necessário fazer arrancá-los da posição altaneira em que estavam para virem ao terreno mais plano e quase pantanoso do quadrado. Para isso utilizaram-se os *angolas* que avançaram em ordem dispersa para dispararem, tentando atrair o avanço das *mangas* rebeldes que se manifestavam no arvoredo distante. Eram treze *mangas* que estavam emboscadas à espera da aproximação da coluna, talvez cerca de seis mil e quinhentos homens!

Ensaïaram um movimento lateral em direcção ao rio Incoluane, dispuseram-se em semi-círculo e sentaram-se no chão, muito provavelmente à espera de que o calor acabasse por derrotar a vontade das tropas brancas que ali estavam para lhes fazer frente. Admitiu-se, no interior do quadrado que poderiam estar à espera da noite para atacarem, um pouco à semelhança de como haviam feito em Marracuene. O comando mandou que se cortassem as árvores que estavam mais perto e, com a ramagem, se reforçasse o arame farpado, criando maiores dificuldades a qualquer assalto e dando, ao mesmo tempo, um sinal de que a tropa estava ali para ficar.

Depois da primeira tentativa, feita pelos *angolas*, de arrancar as *mangas* de guerreiros adversários foi a vez dos cavaleiros — poucos — saírem do quadrado e cavalgarem em direcção àquela massa de gente, disparando as suas carabinas, provocando-os para virem à liça. Um feiticeiro negro, fiel ao rei de Portugal, saiu do quadrado e foi apostrofar, a uma distância que a voz poderia ser ouvida pelos seus conterrâneos revoltados, o Gunguhana e mais todos os que lhe obedeciam. Talvez movidos pelas pragas lançadas por este homem, as *mangas* começaram a mover-se, lenta e sorrateiramente, em direcção ao quadrado. Recolheram-se nele os cavaleiros, o feiticeiro e foi dada ordem para só se abrir fogo

quando estivessem bem ao alcance das armas ligeiras. Distariam trezentos metros quando um sargento foi morto por uma bala dispersa ao subir a um caixote para observar melhor. Foi assim que se iniciou a fuzilaria. Paiva Couceiro foi ferido por um projectil que lhe passou de raspão junto à vista esquerda, contudo manteve-se impávido, animando os homens, obrigando-os a dispararem na posição de joelhos ou de pé e baixando-lhes, com a lâmina da espada, as espingardas quando estas se levantavam para o céu. O fumo da pólvora pairou por cima do quadrado impedindo a visão. Mandou-se tocar a cessar-fogo para permitir que se dissipasse a nuvem e se visse o adversário; estava a pouca distância tentando-se abrigar no capim, nas árvores e atrás das elevações de terra feitas pelas formigas. Este, mal viu que das bocas de fogo não vinham balas, avançou destemidamente sobre o quadrado. Retomou-se o tiro e novamente a nuvem se foi adensando até que se perdeu a visão. De novo se fez alto ao fogo para avaliar os estragos e a situação do adversário. Duas das quatro metralhadoras estavam inutilizadas; havia homens feridos e mortos; os cafres estavam a cerca de cem metros do quadrado. Neste silêncio temporário das espingardas, ganharam coragem para uma nova arremetida na esperança de chegarem ao corpo a corpo. Novamente se iniciou o fogo cerrado, mas, passado pouco tempo, percebeu-se que o adversário estava em debandada. Pararam as armas de fogo e logo de seguida saltaram do quadrado os auxiliares negros e os *angolas* para darem início a uma pequena perseguição que se deteve junto dos montes de cadáveres, julgando tratar-se de um emboscada inimiga; mas não era. No solo contaram-se mais de trezentos mortos e feridos; não se levou em conta a quantidade que estaria no meio do capim. A vitória estava alcançada. Entre os Portugueses havia vinte e sete feridos — não se contava com médico para lhes acudir — e cinco mortos.

Por falta de alimento e de condições para ali permanecer uma força, muito a custo — porque os homens estavam exaustos — formou-se a tropa e fez-se o caminho de regresso. Chegaram a Chinavane era uma hora e meia da madrugada.

A vitória de Magul foi decisiva na viragem das operações contra Gaza e o seu régulo. A notícia espalhou-se pelo sertão e rapidamente chegou ao Gungunhana. Atemorizou-o ainda mais, sabendo que bem perto da sua capital estavam as tropas do Chicomo. Por outro lado, quando se soube da vitória no comando da coluna do Norte uma nova alma entrou nos oficiais: afinal, poucos homens poderiam derrotar grandes exércitos indígenas. Não havia que temer o chefe vátua, tanto mais que estaria, agora, desmoralizado, pois os vencidos, ao reconhecer o poder dos vencedores, estariam dispostos à vassalagem aos Portugueses. Todos os povos da região de Magul se dispuseram a *pegar pé*, ou seja, a prestar

vassalagem ao rei de Portugal. Os emissários de Gungunhana eram por eles escorraçados. Agora cabia à coluna do Norte desferir o derradeiro golpe em Manjacase.

A 15 de Setembro começaram os movimentos da coluna do comando do coronel Galhardo. Fizeram-se surtidas no território de Gaza e destruíram-se aldeias indígenas, tomando-se-lhes o gado que tanta falta fazia para o rancho das tropas de Chicomo. O terreno ficou limpo de ameaças num raio de mais de dez quilómetros. Gungunhana reagiu pedindo a paz e prometendo entregar os chefes rebeldes... Mas só prometendo, nada mais! Isso era inaceitável por parte dos Portugueses. A guerra ia continuar.

Entretanto, no Sul, Paiva Couceiro e Freire de Andrade ardiam em desejo de voltar a Magul para reconfirmarem a vitória anterior e, se possível, deitar a mão ao Matibjana. António Enes autorizou a marcha e lá partiram de Lourenço Marques com todas as tropas disponíveis. Em simultâneo, nos primeiros dias de Outubro, o comissário régio ordenou que as embarcações *Neves Ferreira* e a *Capelo* explorassem as margens do Limpopo e avisassem as aldeias de que tinham sete dias para entregarem o Matibjana e o Maazulo; se o não fizessem, de bordo arrasariam as povoações com fogo de peça de artilharia. O cerco estava completamente montado; tudo dependia, agora, do tempo necessário para circundar o chefe vátua.

A 16 de Outubro os navios de guerra cumpriram o que tinham avisado no Limpopo. Fez-se fogo sobre as aldeias, havendo o cuidado de não atingir os grupos de mulheres e crianças que fugiam. Ao mesmo tempo pequenas forças de marinheiros desembarcavam, comandadas pelos comandantes dos navios, e completavam o incêndio dos povoados. Não se podia ter compaixão das populações; era necessário que a notícia das acções militares chegasse a Manjacase. A região do Xai-Xai e do Bilene ficou aparentemente deserta.

A 14 de Outubro marcharam 400 praças comandadas por Couceiro e Andrade para irem de novo a Magul conseguir a subordinação total da região, já que se avistavam, à distância, sinais de concentração de forças indígenas. Ali chegada a coluna deparou-se com um silêncio profundo. Couceiro foi explorar mais além e incendiou as povoações que encontrou desertas. Não houve combate que tivesse dignidade de figurar na História. Os indígenas temiam as tropas europeias e esconderam-se, evitando dar sinais. O distrito de Lourenço Marques estava, por conseguinte, livre de qualquer perigo presente ou futuro. Havia, agora, que libertar o de Gaza, mas para que tal ocorresse impunha-se que a coluna de Chicomo avançasse rápida sobre o Manjacase.

Os problemas para que a coluna do Norte entrasse em operações militares mais ousadas, nomeadamente o ataque ao Gungunhana, eram de ordem logística: falta de carros e de bois para os puxar; falta de carreiros para condução dos carros antes referidos falta; de bovinos para abate durante as deslocações. O problema dos transportes tornou-se tão premente que foi o próprio comissário régio quem decidiu fazer as contas para determinar o apoio logístico mínimo necessário. Teve de intervir nesta situação, porque, parecia, todos os motivos eram bastantes para atrasar a deslocação rumo à capital vátua.

Finalmente, a 4 de Novembro, o coronel Galhardo dava a notícia para Lourenço Marques de que a coluna do Norte, com 577 europeus, partira de Chicomo rumo a Manjacase. Era o começo do fim do poderio vátua. A 7 a coluna atravessou as terras da mãe do Gungunhana e por lá foi dizimando as palhotas de forma a espalhar o medo nas populações e levá-las a temerem a tropa portuguesa. Estavam na região de Coolela. Na lingua de Coolela, no mesmo dia 7, por volta das 5 da manhã, quando se preparava a coluna para avançar sobre Manjacase, o quadrado formado para a deslocação foi atacado a tiro, em grande estilo, por vários lados. Durou o combate, com fogo renhido, mas disciplinado, durante quarenta minutos. Os guerreiros indígenas chegaram a estar à distância de 30 metros das faces do quadrado. Ficaram feridos três oficiais, um sargento e vinte e três cabos e soldados, bem como nove auxiliares; morreram cinco soldados. O ataque foi levado a cabo por oito *mangas*<sup>26</sup>. A coluna não foi mais além por causa do estado dos feridos, pois não se sabia se poderiam ser transportados ou não. A tropa estava, então, a cerca de sete quilómetros de Manjacase. Um *salto* de ousadia, uma arrancada com galhardia, poderia ter posto fim, nesse dia, ao já muito diminuto poder do Gungunhana. Não quis o comandante da coluna do Norte assumir a responsabilidade de ir mais além. A prudência pesou, fazendo esquecer que, após cada combate vitorioso se deve explorar, dentro dos limites mínimos de segurança, o sucesso. Uma tal atitude do coronel Galhardo mereceu subtil referência de António Enes na obra que quis deixar para a posteridade na qual relata os seus trabalhos para que fosse possível a prisão do régulo vátua<sup>27</sup>.

O comissário régio, com uma visão estratégica perfeita, com a ousadia de um chefe militar que, de profissão, não era, mandou que se aprontasse, de imediato, uma força militar — a possível — em Lourenço Marques para, a bordo do navio de guerra *Neves Ferreira*, ir rumo à foz do Chegane para estabelecer, pelo Limpopo, a ligação possível para o ataque ao Manjacase. Comandava essa tropa o capitão Freire de Andrade.

---

<sup>26</sup> António Enes, *op. cit.* p. 354-355.

<sup>27</sup> Idem, *op. cit.* p. 366-367.

Na coluna do Norte, a 11 de Novembro — já perdido o efeito da surpresa — avançaram forças sobre Manjacase, dispersando com fogo de artilharia alguns guerreiros que se mostraram à distância. Ao entrar no *kraal* do Gungunhana viu-se que a povoação tinha sido abandonada à pressa, deixando para trás muitas munições e vários objectos. O poderoso líder vátua havia fugido e não se tinha certeza nenhuma para onde; era, agora, um chefe em fuga, desacreditado e, por isso, em consequência da mentalidade africana da época, pouco merecedor de obediência. Restava dar o golpe final; esse deu-o, como consequência de todo um ano de pacientes operações militares conduzidas por um espírito estratégico superior, Mouzinho de Albuquerque, cerca de um mês depois, em Chaimite.

A coluna do Norte, depois da razia de Manjacase, regressou a Chicomo onde chegou no dia 15 de Novembro. De um total de 600 homens que haviam partido saudáveis chegavam doentes com febres palúdicas e ferimentos 108 militares. O clima e os trabalhos causavam mais baixas do que os combates.

A 17 de Dezembro de 1895, António Enes embarcou no paquete *Zaire* para regressar a Lisboa, com uma grande parte do contingente militar que, um ano antes, chegara à província para dar combate ao Gungunhana. O régulo vátua ainda não tinha sido aprisionado, mas era já só um fugitivo a quem Mouzinho de Albuquerque deitaria a mão, em Chaimite, depois de uma perseguição audaciosa, embora longe do mito que se gerou logo de seguida e que o Estado Novo fez eco para benefício próprio. Foi a obra, o conhecimento estratégico e o empenhamento do comissário régio e de toda a tropa que havia ido de Portugal que proporcionaram a vitória de Chaimite. Obra que tem estado esquecida e obscurecida pelo brilho dispensado a quem efectivou a derrota e prisão do Gungunhana.

## **Conclusão**

Dissemos, no início, que o nosso objectivo era, fundamentalmente, compreender como foi possível a António Enes architectar, com escassos meios de toda a natureza, uma estratégia para alcançar uma vitória julgada impossível em Moçambique, no ano de 1895. Em consciência, julgamos que conseguimos atingi-lo ao longo das páginas anteriores. Mas pensamos que fizemos mais, pois, ao reler a obra *A Guerra de África em 1895* foi possível redimensionar a importância de alguns *actores* desse acontecimento distante.

Realmente, deixámos que se percebessem os trabalhos e a coragem de figuras militares tais como Paiva Couceiro, incansável, animoso, pleno de coragem; um verdadeiro paladino da perseguição desencadeada contra o Gungunhana. A igual altura colocou o

comissário régio Freire de Andrade e Caldas Xavier oficiais esforçados para além do que permitia a capacidade humana. Depois, António Enes tem o cuidado de ir enumerando os serviços de todos que contribuíram para a montagem do cerco ao régulo vátua, sem exceptuar os marinheiros e os médicos. Deu destaque às delongas do coronel Eduardo Galhardo em Chicomo e à falta de espírito de acção e improvisado que lhe deveriam ter servido de esteio naquela época. Tudo isto deixa escrito na sua obra por uma razão concreta: a prisão do Gungunhana levada a cabo por um acto de ousadia e decisão de Mouzinho de Albuquerque!

Em Portugal celebrou-se a figura do herói de Chaimite. Foi coberto por todas as honras e mandou-se que se deslocasse ao estrangeiro para, lá fora, lhe prestarem as homenagens julgadas convenientes. Mouzinho alcandorou-se — ou foi alcandorado — aos mais altos lugares onde figuram os grandes heróis nacionais. Não se lhe pode negar a coragem, mas António Enes, no recôndito do seu íntimo, terá achado injusta tanta honraria para tão pouco e pequeno esforço e isso mesmo deixa perpassar, com grande finura e perspicácia no seu livro. Entre um Paiva Couceiro, um Caldas Xavier, um Freire de Andrade e Mouzinho de Albuquerque que distância, meu Deus! E o nosso raciocínio está tão certo que, podemos afirmar ter o comissário régio tido o cuidado de anexar uma carta de Mouzinho, redigida em Chicomo, onde ele, face à situação das tropas e à falta de meios, antes do combate de Coolela, aconselha António Enes a não desenvolver mais acções ofensivas contra o Gungunhana; chegaria manter o cerco e nada mais!

Não podia, em 1898, o antigo comissário régio em Moçambique, demonstrar de forma desabrida que, afinal, o acto isolado de Mouzinho de Albuquerque havia beneficiado de toda a estratégia que ele tinha concebido durante um ano e de todos os esforços de combatentes quase anónimos que haviam arriscado as vidas em combates, no sertão, contra milhares de indígenas. Não podia, porque seria apodado de invejoso e mesquinho... Mas, ao escrever *A Guerra de África em 1895* acreditou no valor das palavras e na sua perenidade; acreditou que a História acaba por trazer ao cimo, mais tarde ou mais cedo, a verdade. E a verdade é que o acto de Mouzinho de Albuquerque, ao dar voz de prisão ao Gungunhana e a todos os que o rodeavam, se alicerçou na estratégia desenvolvida, com tenacidade e perseverança, por António Enes e posta em prática por um punhado de oficiais quase desconhecidos e pouco mais de dois milhares de soldados europeus que se sacrificaram durante um ano para que o chefe vátua de grande *imperador* passasse à condição de *grande fugitivo*.

As mós da História podem moer devagar, mas moem.



Portela de Sacavém, 20 de Setembro de 2008